

Banco Société Générale Brasil S.A.

**Demonstra es financeiras consolidadas com base nas
Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.**

Banco Société Générale Brasil S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM IFRS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E EM 01 DE JANEIRO DE 2010**

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central	5	297.909	1.287.863	340.015
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o		1.617.077	1.118.779	895.687
Títulos e valores mobiliários	6.A	1.417.270	918.251	699.776
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de <i>hedge</i>)	6.B	199.807	200.528	195.911
Ativos financeiros disponíveis para venda	7	371.888	478.457	1.145.769
Títulos e valores mobiliários		371.888	478.457	1.145.769
Empréstimos e recebíveis		3.546.178	3.199.594	3.266.597
Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	8.A	16.602	6.298	207.794
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.B	3.747.803	3.343.735	3.283.346
Provisão para perda por redu�o no valor recuperável	8.C	(218.227)	(150.439)	(224.543)
Ativos não correntes mantidos para venda	9	3.923	214	347
Créditos tributários	33.B	242.754	438.788	447.862
Outros ativos	12	193.284	182.050	107.465
Investimentos		44	44	54
Ativo imobilizado	10	29.558	26.907	46.410
Ativos intangíveis	11	228.431	229.989	225.392
Total do ativo		<u>6.531.046</u>	<u>6.962.685</u>	<u>6.475.598</u>

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM IFRS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E EM 01 DE JANEIRO DE 2010**

Em milhares de reais

Passivo e patrim�nio líquido	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1� de janeiro de 2010
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o	13	241.922	239.007	272.739
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumentos de hedge)		241.922	239.007	272.739
Passivos financeiros ao custo amortizado		4.665.043	5.161.389	4.572.993
Depósitos de clientes	14	613.722	1.190.138	1.006.688
Depósitos de institui�es financeiras	15	229.668	172.466	1.097.686
Capta�es no mercado aberto	15	-	131.652	453.597
Obriga�es por opera�es de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses	16	3.821.653	3.667.133	2.015.022
Provisões	17.A	275.025	216.669	164.613
Passivos tributários diferidos	18.A	75.400	43.746	-
Outros passivos	18.B	234.541	177.460	236.177
Patrim�nio líquido	19	1.039.115	1.124.414	1.229.076
Capital		1.757.911	1.404.905	1.404.905
Reserva de capital		(29.056)	(29.056)	-
Reserva de reavalia�o		269	289	332
Ajustes		(29)	(109)	21.186
Hedge de fluxo de caixa	19(e)	(19.776)	2.752	5.045
Preju�os acumulados		(670.207)	(254.370)	(212.072)
Total do patrim�nio líquido atribuído aos controladores		1.039.112	1.124.411	1.229.076
Total do patrim�nio líquido atribuído aos acionistas não controladores		3	3	9.680
Total do passivo e patrim�nio líquido		6.531.046	6.962.685	6.475.598

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.

DEMONSTRA ES DO RESULTADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

	Nota	2011	2010
Receita líquida de juros e similares		467.983	880.775
Receitas de juros e similares	22	1.177.013	1.091.152
Despesas de juros e similares	23	(709.030)	(210.377)
Perdas líquidas de recupera�o por redu�o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.(c)	(226.291)	(169.807)
Receita líquida de juros após perdas por redu�o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos		241.692	710.968
Resultado líquido com tarifas e comissões	24	7.675	8.983
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia�o	25	110.146	(135.814)
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negocia�o	26	(10.672)	(36.763)
Despesas de pessoal	27	(189.880)	(175.867)
Despesas administrativas	28	(313.928)	(281.298)
Deprecia�o e amortiza�o	29	(10.041)	(10.418)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	20.364	(115.783)
Prejuízo operacional antes da tributa�o		(144.644)	(35.992)
Imposto de renda e contribui�o social	33	(271.749)	(6.385)
Prejuízo líquido consolidado do exercício		(416.393)	(42.377)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(416.393)	(42.377)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-
Total do Prejuízo líquido básico e diluído por a�o (em R\$)		(688,73)	(87,71)
Ordinárias		(688,73)	(87,71)
Preferenciais		(688,73)	(87,71)

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(416.393)</u>	<u>(42.377)</u>
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	19.D 80	(21.295)
Parcela efetiva referente a <i>Hedge</i> de fluxo de caixa, líquida de impostos	19.E (22.528)	(2.293)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>(22.448)</u>	<u>(23.588)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>(438.841)</u>	<u>(65.965)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas controladores	(438.841)	(65.965)
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
DEMONSTRA OES CONSOLIDADAS DO PATRIM NIO LÍQUIDO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Patrim�nio líquido atribuível � controladora									
Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de reavalia�o	Reserva de capital	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do PL atribuível � controladora	Participa�o de acionistas não controladores	Total do patrim�nio líquido
Em 1� de janeiro de 2010	1.404.905	(212.072)	332	-	21.186	5.045	1.219.396	9.680	1.229.076
Prejuízo líquido do exercício	-	(42.377)	-	-	-	-	(42.377)	-	(42.377)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	(21.295)	-	(21.295)	-	(21.295)
Hedge de fluxo de caixa - Parcela efetiva	19.E	-	(438)	-	-	(2.123)	(2.561)	-	(2.561)
Hedge de fluxo de caixa - Transferência para o resultado devido a inefetividade	19.E	-	-	-	-	(170)	(170)	-	(170)
Constitui�o (realiza�o) de reservas	-	517	(43)	-	-	-	474	-	474
Aquisi�o de controle de investimento	-	-	-	(29.056)	-	-	(29.056)	(9.677)	(38.733)
Em 31 de dezembro de 2010	1.404.905	(254.370)	289	(29.056)	(109)	2.752	1.124.411	3	1.124.414

Patrim�nio líquido atribuível � controladora									
Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva de reavalia�o	Reserva de capital	Ajustes de Avalia�o Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do PL atribuível � controladora	Participa�o de acionistas não controladores	Total do patrim�nio líquido
Em 1� de janeiro de 2011	1.404.905	(254.370)	289	(29.056)	(109)	2.752	1.124.411	3	1.124.414
Prejuízo líquido do exercício	-	(416.393)	-	-	-	-	(416.393)	-	(416.393)
Aumento de capital	353.006	-	-	-	-	-	353.006	-	353.006
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	80	-	80	-	80
Hedge de fluxo de caixa - Parcela efetiva	19.E	-	544	-	-	(23.119)	(22.575)	-	(22.575)
Hedge de fluxo de caixa - Transferência para o resultado devido a inefetividade	19.E	-	-	-	-	591	591	-	591
Constitui�o (realiza�o) de reservas	-	12	(20)	-	-	-	(8)	-	(8)
Em 31 de dezembro de 2011	1.757.911	(670.207)	269	(29.056)	(29)	(19.776)	1.039.112	3	1.039.115

As notas explicativas da administra o são parte integrante das demonstra oes financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.
Demonstra o consolidada dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota explicativa	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do exercício		(416.393)	(42.377)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		570.975	272.250
Deprecia�o do ativo imobilizado	29	8.664	9.285
Amortiza�o do ativo intangível	29	1.377	1.133
Provisão para perda por redu�o ao valor recuperável	8.c	226.291	169.807
Provisões para a�es judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas	30	60.903	53.786
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.d	80	(21.295)
Varia�o cambial sobre opera�es de empréstimos e recebíveis e capta�es		67.478	47.740
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos ativos		227.688	52.820
Participa�o de acionistas minoritários		-	(9.677)
Baixa por obsolescência		992	-
Perda na venda de imobilizado		30	-
Ágio em transa�o de capital	19.e	-	(29.056)
Hedge de fluxo de caixa		(22.528)	(2.293)
Prejuízo líquido ajustado		154.582	229.873
Varia�o de ativos e passivos operacionais		(1.482.172)	713.980
(Aumento) Redu�o de reservas do Bacen	5	(496)	636
Redu�o em ativos financeiros disponíveis para venda		106.569	551.690
(Aumento) em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia�o		(498.298)	(107.470)
(Aumento) Redu�o em empréstimos e recebíveis		(493.409)	(121.247)
(Aumento) em outros ativos		(11.234)	(74.585)
Aumento (Redu�o) em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negocia�o		2.915	(33.732)
(Redu�o) Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de institui�es financeiras e capta�es no mercado aberto		(643.290)	559.098
Pagamento de a�es judiciais	30	(2.547)	(1.730)
Aumento (Redu�o) em outros passivos		57.618	(58.680)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.327.590)	943.853
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento/(Redu�o) em ativos não correntes mantidos para venda	9	(3.709)	133
Aquisi�o de ativo intangível	11	(2.653)	(8.607)
Aliena�o de ativo intangível	11	2.834	2.877
Aquisi�o de investimento		-	10
Aquisi�o de imobilizado	10	(13.892)	(6.629)
Aliena�o de imobilizado	10	1.554	16.847
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(15.866)	4.631
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		353.006	-
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		353.006	-
Aumento/(redu�o) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(990.450)	948.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.287.440	338.956
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	296.990	1.287.440

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

1. Informa es gerais

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale")   uma sociedade an nima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e presta o de serviços. Sua matriz   sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro.   uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale   uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro   composto pelo Banco Société Générale e por suas controladas SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Société Générale Corretora"), Banco Cacique S.A. ("Banco Cacique") e Banco Pec nia S.A. ("Banco Pec nia"), conforme descrito na nota explicativa n  2.4.2. - "Escopo de consolida o".

As opera es conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas institui es e os custos da estrutura operacional e administrativa   absorvido, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As controladas são subsidiárias integrais e são apresentadas de forma consolidada nessas demonstra es financeiras.

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das opera es de arrendamento mercantil. Suas opera es são conduzidas no contexto de um conjunto de institui es que atuam integradamente no mercado financeiro.

A Société Générale Corretora tem por objeto social exercer a intermedia o em opera es de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar opera es compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários.

O Banco Cacique está organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, crédito, financiamento e investimento tendo em certas opera es a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

O Banco Pec nia está organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, tendo em certas opera es a co-participa o ou a intermedia o de institui es associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

As capta es do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das capta es das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pec nia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

As demonstra es financeiras foram aprovadas e autorizadas para publica o pela Diretoria em reunião ocorrida em 23 de maio de 2012.

2. Principais práticas contábeis

2.1. Ado o pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro

Em 24 de setembro de 2009, o Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu a Resolu o n  3.786, obrigando as institui es financeiras e demais institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que estão obrigadas a constituir comit  de auditoria, a apresentar demonstra es financeiras consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Accounting Standards Committee Foundation (IASC Foundation).

Em 18 de março de 2010, o Bacen emitiu a Carta-Circular n  3.435, que determinou os critérios para elabora o das demonstra es financeiras consolidadas a serem emitidas com o propósito específico de atender a Resolu o CMN n  3.786 e estabeleceu op es de datas de transi o (balanço de abertura) dessas demonstra es financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

consolidadas, tendo o Banco Société Générale optado pela data de 1  de janeiro de 2010, fato que resultou na apresenta o das demonstra oes financeiras consolidadas de forma não comparativa.

A IFRS 1 – “Ado o pela primeira vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”, estabelece que a primeira demonstra o financeira de acordo com as normas internacionais seja apresentada com a seguinte composi o:

- Tr s demonstra oes da posi o financeira, referentes ao exercício atual, exercício anterior e balanço de abertura;
- Duas demonstra oes do resultado abrangente ou duas demonstra oes do resultado separadas (se apresentadas);
- Duas demonstra oes dos fluxos de caixa;
- Duas demonstra oes das muta oes do patrim nio líquido, referentes ao exercício atual e anterior; e
- Respectivas notas explicativas, incluindo informaçoes comparativas.

A reconcilia o e a descri o dos efeitos das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui oes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para aquelas utilizadas nestas demonstra oes financeiras, relativas ao patrim nio líquido e às demonstra oes do resultado, estão demonstradas na nota explicativa n  36 - "Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrim nio líquido e resultado líquido consolidado".

2.2. Normas e interpreta oes novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As demonstra oes financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpreta oes do Comitê de Interpreta oes das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

Todas as práticas contábeis e critérios de apura o relevantes para as demonstra oes financeiras consolidadas foram aplicadas em sua elabora o. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. As ado oes, ou possíveis ado oes, das novas normas e interpreta oes do IFRS em 2011 não impactaram a comparabilidade com as demonstra oes financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e tampouco do balanço de abertura, datado de 1  de janeiro de 2010.

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

- Altera o do IFRIC 13 – “Customer Loyalty Programmes”-esclarece o conceito de valor justo nos casos de concessão de créditos nos programas de fideliza o de clientes. Essa altera o de interpreta o não gerou impacto relevante em nossas demonstra oes contábeis consolidadas.
- Altera o do IFRIC 19 – “Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments” – trata da contabiliza o da liquida o de um débito por meio de instrumento de patrim nio. Esclarece que o ganho ou perda da liquida o de passivos financeiros por meio de instrumento de patrim nio devem ser reconhecidos do resultado. Essa altera o de interpreta o não gerou qualquer impacto nas demonstra oes contábeis consolidadas.
- Altera o do IAS 1 – “Presentation of Financial Statements” – esclarece que uma entidade deverá divulgar uma análise de outros resultados abrangentes na Demonstra o das Muta oes do Patrim nio Líquido ou em notas explicativas. Essa altera o no pronunciamento não gerou impacto relevante das demonstra oes contábeis consolidadas.
- Altera o do IAS 14 – “Related Party Disclosure” – trata de novos requerimentos para o relacionamento com agências governamentais e exclui transa oes entre coligadas. Essa altera o no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstra oes contábeis consolidadas.
- Altera o do IAS 27 – “Consolidated and Separate Financial Statements” – determina que a perda de

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

controle sobre uma subsidiária, perda de influência sobre uma coligada e perda de controle conjunto de uma joint venture são eventos similares e devem ser reconhecidos e mensurados a valor justo e os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Essa altera o no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstra es contábeis consolidadas.

- Altera o do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – estabelece condi es as quais a emissão de certos direitos, em moeda funcional diferente da moeda funcional da entidade, pode ser classificada como instrumento de patrim nio. Essa altera o no pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstra es contábeis consolidadas.
- Altera o do IAS 34 – “Interim Financial Reporting” – requer a divulga o sobre transa es e eventos relevantes das demonstra es contábeis intermediárias. Essa altera o de pronunciamento não gerou qualquer impacto nas demonstra es contábeis consolidadas.
- Altera o do IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” – trata de isen es limitadas a partir das divulga es comparativas ao IFRS 7. Essa altera o no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstra es contábeis consolidadas.
- Altera o do IFRS 3 (R) - “Business Combinations” – trata das participa es dos acionistas não controladores e op es adquiridas. Essa altera o no pronunciamento não gerou impacto relevante nas demonstra es contábeis consolidadas.
- Altera o do IFRS 7 – “Financial Instruments: Disclosures” – enfatiza a intera o entre divulga es quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com nos instrumentos financeiros, especialmente as garantias mantidas. Os efeitos dos requerimentos de divulga o estão apresentados na Nota 4.

b) Pronunciamentos contábeis já emitidos, mas aplicáveis em períodos futuros

- São relacionados a seguir, novos pronunciamentos já emitidos e que passarão a vigorar em exercícios após a data destas demonstra es financeiras consolidadas e, portanto, não foram adotadas de forma antecipada, quais sejam:
- Altera o do IAS 32 – “Financial Instruments: Presentation” – esta altera o tem como objetivo esclarecer os requerimentos de “offsetting” de instrumentos financeiros (apresenta o de forma líquida entre ativos e passivos financeiros) no Balanço Patrimonial. Essa altera o passará a ser efetiva para exercícios iniciados a partir de 1  de janeiro de 2014. Serão analisados os possíveis impactos decorrentes da ado o dessa altera o.
- Altera es do IFRS 7 – “Financial Instruments Disclosures” – em 2010 foi emitida altera o nesse pronunciamento requerendo divulga es adicionais sobre transferências de ativos (riscos remanescentes) e de transferências próximas da data do exercício. Esses requerimentos são efetivos para os exercícios iniciados após 1  de julho de 2011. Em dezembro de 2011 foi emitida nova altera o do pronunciamento requerendo divulga es adicionais sobre o processo de “offsetting”. Esses requerimentos são efetivos para os exercícios iniciados após 1  de janeiro de 2013. Serão analisados os possíveis impactos decorrentes da ado o dessas altera es.
- IFRS 9 – “Financial Instruments” – trata-se do início da substitui o de IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e   esperado que afete a contabiliza o de instrumentos financeiros do Société. Essas altera es serão efetivas a partir de 1  de janeiro de 2015, porém o IASB permite sua ado o de forma antecipada.
- Altera o do IAS 19 – “Employee Benefits” – essa altera o não permite mais o uso do método do “corredor” e todas as movimenta es deverão ser lançadas nos Outros Resultados Abrangentes Acumulados.   efetivo para os exercícios iniciados após 1  de janeiro de 2013. Neste momento, esta altera o não possui impacto nas demonstra es financeiras consolidadas do Société.
- IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements” – altera o princípio atual de controle, identificando-se como

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada nas demonstra es financeiras do controlador. O IFRS 10 possui guia para auxiliar na determina o do controle, quando há dificuldades devido a complexidade da estrutura de controle das entidades. Esta altera o, passa a ser efetiva a partir de 1  de janeiro de 2013. Serão analisados os possíveis impactos decorrentes da ado o desta altera o.

- IFRS 11 – “Joint Arrangements” – fornece abordagem diferente para análises de “Joint Arrangements” com foco nos direitos e obriga es dos respectivos acordos entre entidades (anteriormente o foco do pronunciamento eram as formas legais de constitui o de “Joint Arrangements”). O IFRS 11 agrega os “Joint Arrangements” em duas formas: “Joint Operations” e “Joint Ventures”, conforme os direitos e obriga es entre as partes. Para investimentos em “Joint Ventures”, a consolida o proporcional das demonstra es financeiras não   mais permitida. Este pronunciamento será efetivo a partir de 1  de janeiro de 2013. Neste momento, este pronunciamento não possui impacto nas demonstra es financeiras consolidadas do Société.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” – O pronunciamento inclui outras exigências de divulga o de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “Joint Arrangements”, associa es e sociedades de propósitos específicos. Este pronunciamento será efetivo a partir de 1  de janeiro de 2013. Serão analisados os possíveis impactos decorrentes da ado o deste pronunciamento.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulga es, utilizando defini es precisas de valor justo. Não   efetivo até 1  de janeiro de 2013. Estão sendo analisados os possíveis impactos da ado o do normativo.

Em rela o às demonstra es financeiras individuais e consolidadas, publicadas no jornal Valor Econ mico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edi o de 30 de março de 2012, para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o Banco Société Générale aplicou as normas e instru es do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Plano Contábil das Institui es do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis.

2.3. Base de prepara o

As demonstra es financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exce o dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

A reconcilia o e a descri o dos efeitos da transi o das práticas contábeis adotadas no Brasil para a IFRS, relativas ao patrim nio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota explicativa n  36 - "Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao PL e resultado líquido consolidado".

As demonstra es financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

A prepara o das demonstra es financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administra o. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstra es financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa n  3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a opera es com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As opera es com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As opera es com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.4. Consolida o

2.4.1. Controladas

As controladas Société Générale Leasing, Société Générale Corretora, Banco Cacique e Banco Pec nia são entidades cujas políticas financeiras e operacionais são determinadas pelo Banco Société Générale e nas quais det m a totalidade das a es com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis, são levados em considera o ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle   obtido pelo Banco Société Générale e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As opera es entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas opera es, foram eliminados no processo de consolida o. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

2.4.2. Escopo de consolida o

(a) Subsidiárias controladas

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Financeira	100	100
Société Générale S.A. - Corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	Financeira	100	100
Banco Cacique S.A.	Brasil	Financeira	100	100
Banco Pec�nia S.A. (*)	Brasil	Financeira	100	100

(*) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco Société Générale obteve a totalidade da participa o do Banco Pec nia S.A., adquirindo 30% da participa o pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A.(Portugal) pelo valor de R\$ 38.700.

(b) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Cacique

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Cacique Participa�es e Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90
Cacique Informática Ltda.	Brasil	Serviços	99,99	99,99
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Serviços	100,00	100,00
Cacique Fomento Comercial Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10
Cacique Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Serviços	0,01	0,01
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10

(c) Subsidiárias consolidadas - controladas indiretas do Banco Cacique (controladas diretas da Cacique Promotora de Vendas Ltda.)

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Cacique Participa�es e Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Serviços	0,10	0,10
Cacique Informática Ltda.	Brasil	Serviços	0,01	0,01
Cacique Fomento Comercial Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90
Cacique Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	Serviços	99,99	99,99
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	99,90	99,90

(d) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Pec nia

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	Percentual	
			Participa�o em capital votante	Participa�o em capital social
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.	Brasil	Serviços	100,00	100,00

2.5. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresenta o

Os itens incluídos nas demonstra es financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econ mico, no qual a institui o atua ("a moeda funcional"). As demonstra es financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que   a moeda funcional e, também, a moeda de apresenta o do Banco Société Générale.

(b) Transa es e itens do balanço patrimonial

Transa es em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio   vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transa o.

As varia es cambiais que surgem da liquida o de tais transa es e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstra o consolidada do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa   representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa   representado por aplica es em opera es compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das opera es na data da efetiva aplica o seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.7. Opera es compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstra o de posi o financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da opera o na data da efetiva aplica o for igual ou inferior a 90 dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em "Empréstimos e recebíveis" (ativo) quando o prazo de vencimento da opera o na data da efetiva aplica o for superior a 90 dias, ou como "Capta es no mercado aberto" (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como "Receitas (despesas) de juros e

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.8. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) disponíveis para venda e (c) empréstimos e recebíveis. A classifica o depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administra o determina a classifica o de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negocia o.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negocia o quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negocia o no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de varia es no valor justo de ativos financeiros mantidos para negocia o são apresentados na demonstra o consolidada do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra opera o. Nesse caso, as varia es são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida opera o.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta   necessidade de liquidez ou   mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de a es.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.) e reconhecidos na demonstra o consolidada do resultado como "Receitas de juros e similares". A parcela correspondente   varia o no valor justo   lançada contra o patrim nio líquido, na conta "Ajuste de avalia o patrimonial", sendo realizada contra resultado quando da sua liquida o ou por perda pela redu o ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os "Empréstimos e adiantamentos a institui es financeiras", "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base o método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.).

2.9. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administra o determina a classifica o de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negocia o.

Passivos financeiros mantidos para negocia o são passivos incorridos principalmente com o propósito de negocia o em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obten o de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa n  2.14.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta "Despesas de juros e similares".

2.10. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as varia es reconhecidas no resultado.

Para a determina o do valor justo de derivativos,   avaliado se o instrumento em questão   negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo   realizado através de técnicas de precifica o, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determina o do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negocia o receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negocia o

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de prote o (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negocia o.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o".

(b) Derivativos não destinados   negocia o (*hedge*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposi es a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabiliza o como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em opera o no exterior.

Para qualificar-se como *hedge*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposi o às altera es no seu valor justo em rela o ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em rela o às altera es no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administra o de risco, a identifica o do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposi o a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avalia o e documenta o da efetividade das rela es de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensa o de varia es no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da opera o de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia   registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não   altamente efetivo no *hedge* da exposi o designada, a rela o e contabiliza o do *hedge* são descontinuadas.

Mant mos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa e de valor justo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, conforme descrito na nota explicativa n  21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negocia o -

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

hedge".

(b.1) Hedge de fluxo de caixa

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo   registrada como um componente do patrim nio líquido na conta de "Hedge de fluxo de caixa" e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transa o protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade,   reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classifica o do item protegido por *hedge*.

Se o relacionamento de *hedge*   descontinuado, a varia o no valor justo do derivativo registrado no patrim nio líquido na conta de "Hedge de fluxo de caixa"   reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transa o prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

(b.2) Hedge de valor justo

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de valor justo, as varia oes no valor justo do derivativo são registradas na demonstra o consolidada do resultado, com quaisquer varia oes no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O Banco Société Générale s  aplica a contabiliza o de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos da carteira de ativos e a determinados empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de derivativos de taxa de juros de prote o contra carteira ativa com taxas fixas   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado como "Receita de juros e similares" ou "Despesa de juros e similares". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado na conta "Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negocia o". As varia oes no valor justo da carteira ativa com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstra o consolidada do resultado como "Receita de juros e similares" ou "Despesa de juros e similares".

Se o relacionamento de *hedge*   descontinuado, a contabiliza o como *hedge* de valor justo   interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item de *hedge* para o qual o método da taxa de juros efetiva   usado,   amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

2.11. Reconhecimento e mensura o dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negocia o - data em que   assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transa o. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transa o reconhecidos como despesa na demonstra o consolidada do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo   baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utiliza o de técnicas de avalia o. As técnicas de avalia o incluem o uso de transa oes de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realiz -lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precifica o de op oes e outras técnicas de avalia o geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

2.12. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administra o avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobriga o não são desreconhecidos porque o grupo ret m substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de recomprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de *default* do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obriga o for extinta contratualmente.

2.13. Apresenta o de instrumentos financeiros pela posi o líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido na demonstra o da posi o financeira. O Banco Société Générale possui direito ou obrigatoriedade legal de compensar os montantes reconhecidos na demonstra o da posi o financeira e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.14. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negocia o ou designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de "Receitas de juros e rendimentos similares" e "Despesas juros e encargos similares" na demonstra o consolidada do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros   o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período relevante. A taxa efetiva de juros   a taxa de desconto que   aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transa o e todos os outros pr mios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redu o ao valor recuperável, a receita de juros   reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensura o da redu o ao valor recuperável.

2.15. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões   reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa n  24 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.16. Redu o ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redu o ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deteriora o como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banco Société Générale utiliza para determinar que há evidência objetiva da redu o ao valor recuperável inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo,  ndice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

- Viola o de cláusulas ou termos de empréstimos;
- In cio de processo de falência;
- Deteriora o da posi o competitiva do emissor;
- Deteriora o do valor da garantia; e
- Redu o abaixo do nível do investimento.

O Banco Société Générale avalia primeiro se existe evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável alocada individualmente para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este   includo num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais há uma perda por redu o ao valor recuperável por deteriora o não são includos na avalia o coletiva.

O montante da perda   mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado   taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo   reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzora) e o montante da perda   reconhecido no resultado. Se um empréstimo ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensura o de qualquer redu o ao valor recuperável   a taxa efetiva de juros corrente estabelecida pelo contrato. O Banco Société Générale pode mensurar a perda por redu o ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execu o da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execu o da garantia seja provável ou não.

Para fins de avalia o coletiva da redu o ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais ativos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condi es contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de identifica o da perda por redu o ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos do grupo e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica   ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condi es correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica   baseada e para excluir os efeitos de condi es no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administra o para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo   incobrável ele   baixado contra provisão para perda por redu o ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Em um período subsequente, se o montante de perda for diminuido e a diminui o estiver relacionada objetivamente   um evento que ocorra após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente   revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão   reconhecido em "Perdas líquidas de recupera o por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" na demonstra o consolidada do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo   considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existir para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que   mensurada como a diferença entre o custo de aquisi o e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redu o ao valor recuperável desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado)   removida do patrim nio líquido e reconhecida na demonstra o consolidada do resultado.

(c) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avalia o da redu o ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condi es foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Em períodos subsequentes, o ativo   considerado a vencer e divulgado apenas em caso de nova renegocia o.

2.17. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisi o. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combina o de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisi o.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortiza o, esse ativos são revisados para a verifica o de deteriora o sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto,   realizado um teste de redu o ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstra o da posi o financeira e sempre que houver evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redu o ao valor recuperável   reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.20. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avalia o através ao valor recuperável do ativo, que   representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.18. Ativos não correntes mantidos para a venda

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;
- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua aliena o;
- A entidade iniciar um programa para a localiza o de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproxima o razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquida o total ou parcial das obriga es de pagamento de seus devedores através da execu o de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redu o de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstra o consolidada do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

2.19. Ativo imobilizado

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados   manuten o das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de opera es que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da deprecia o. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis   aquisi o ou constru o dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a gera o de benefícios econ micos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manuten es são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A deprecia o de outros ativos   calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edifica es: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ativos que estão sujeitos   deprecia o são revisados para a verifica o de perda por redu o ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo   imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável   o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de aliena es são determinados pela compara o dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstra o consolidada do resultado.

2.20. Redu o ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos   amortiza o e são testados anualmente para a verifica o da existência de perdas por redu o ao valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos   amortiza o são revisados para a verifica o de deteriora o sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redu o ao valor recuperável   reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último   o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avalia o da perda pela redu o ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redu o ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redu o ao valor recuperável na data de apresenta o da demonstra o da posi o financeira.

2.21. Opera es de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade   retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade   retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados na posi o financeira na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

Como arrendatário, as opera es realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstra o consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de opera es classificadas como arrendamentos

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstração da posição financeira pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional   terminado antes de expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa   reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro e apresentados na posição financeira na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

2.21.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstração da posição financeira   realizada na conta de "Empréstimos e recebíveis" a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e includos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação   negociação, estruturação e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda   reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento   revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados   reconhecida imediatamente.

2.21.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabilização dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstração da posição financeira   realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A renda do arrendamento   reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis   consistente com a política de depreciação utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

2.22. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes":

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulga o; e
- Obriga es legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribui es. Os montantes discutidos, independentemente de avalia o de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstra es financeiras e atualizados de acordo com a legisla o vigente.

2.23. Imposto de renda e contribui o social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribui o social corrente e diferido ("imposto sobre a renda"). O imposto sobre a renda   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado, exceto na propor o em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrim nio líquido.

A provisão para imposto de renda   constituída com base nos rendimentos tributáveis   alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribui o social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legisla o em vigor,   calculada   alíquota de 15% para as institui es financeiras e 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribui o social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribui o social são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a gera o de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que   provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utiliza o, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos   medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

2.24. Capta es com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transa o incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transa o) e o valor de resgate   reconhecido na demonstra o consolidada do resultado durante o período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.25. Pagamentos baseado em a es

O Banco Société Générale tem três programas de pagamento baseado em a es para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contrapresta o outorga às partes op es de compra de a es do Banco Société Générale ou direitos de subscri o de a es a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Em todos os três programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas a es da matriz. Os detalhes em rela o aos três programas estão descritos na nota explicativa n  32 - "Plano de pagamento baseado em a es".

2.26. Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são s lrios, contribui es para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participa o nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho   rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

(c) Participa o nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participa o nos resultados (apresentado na conta "Despesas com pessoal" na demonstra o consolidada do resultado) conforme condi es estabelecidas pelo sindicato da categoria.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As demonstra es financeiras consolidadas especiais são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administra o. As estimativas e premissas que impactos das informa es contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apura o das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subseqüentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Políticas contábeis e o julgamento da Administra o para certos itens são especialmente críticos para o resultado consolidado.

(a) Perdas por redu o ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orienta o fornecida pela IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensura o", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avalia o. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às institui es autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen (BR GAAP), que usa determinados limites regulatórios definidos pelo BACEN para fins do cáculo da provisão para perdas sobre crédito de liquida o duvidosa.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo na demonstra o da posi o financeira incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negocia o, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo histórico amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em notas explicativas às demonstra es financeiras consolidadas.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avalia o que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

	31 de Dezembro		
	de 2011	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	717.706	759.821	(42.115)
Mantidos para negocia�o	717.706	759.821	(42.115)
Títulos e valores mobiliários	717.706	759.821	(42.115)
Carteira própria	776.024	776.024	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(58.318)	(16.203)	(42.115)
Ativos financeiros disponíveis para venda	331.974	331.974	-
Títulos e valores mobiliários	331.974	331.974	-
Ativos dados em garantia	681.160	681.160	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	641.246	641.246	-
Disponíveis para venda	39.914	39.914	-
Total	1.730.840	1.772.955	(42.115)
	31 de Dezembro		
	de 2010	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	241.799	280.278	(38.479)
Mantidos para negocia�o	241.799	280.278	(38.479)
Títulos e valores mobiliários	304.639	304.639	-
Carteira própria	304.639	304.639	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(62.840)	(24.361)	(38.479)
Ativos financeiros disponíveis para venda	399.996	399.996	-
Títulos e valores mobiliários	399.996	399.996	-
Ativos dados em garantia	692.073	692.073	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	613.612	613.612	-
Disponíveis para venda	78.461	78.461	-
Total	1.333.868	1.372.347	(38.479)

(c) Perda por redu o ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Société Générale revisa seus instrumentos de d vida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstra es financeiras para avaliar se eles estão designados para redu o ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante   avalia o individual de empréstimos e adiantamentos.

O Société Générale também registra a redu o ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determina o do que   considerada "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Société Générale avalia, entre outros fatores, a varia o histórica do preço das a es, além da dura o e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstra es financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administra o, for considerado provável o risco de perda de uma a o judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstra es financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulga o.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

4. Gestão de riscos financeiros críticos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administração e comitês que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmentação do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank, Serviços Financeiros Especializados – Varejo e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para apreciação pelo respectivo Comitê de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões dos comitês locais são encaminhadas para aprovação da Matriz.

O modelo global do Banco Société Générale é monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basileia II. Além disto, existe a confrontação do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em consideração aspectos setoriais, antes da atribuição final do rating. Os responsáveis pela atribuição e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

No segmento de varejo, os limites são estabelecidos através de credit scoring determinado por metodologia estatística interna ou externa, parametrizado em sistema que reflete os procedimentos determinados pela Política quanto a alçadas, controles e confirmações. Os modelos de score são continuamente acompanhados e ajustados objetivando a maximização do retorno do capital alocado.

As operações de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após apreciação de cada operação pelo Comitê de Crédito específico com base em avaliações quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de operação de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econômico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente à Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprovação das operações de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das operações. Excedida a alçada local, as operações são submetidas à aprovação da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da operação. Os critérios utilizados envolvem uma avaliação ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentração atingidos e dos fundamentos lógicos da solicitação. O rating da contraparte é proposto e monitorado numa ferramenta chamada

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Starweb, que atende os requisitos de Basiléia II. A alçada para aprova o de crédito   centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitora o de risco do conglomerado.

4.1.1. Mensura o do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a institui es financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com rela o   contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obriga es contratuais; (ii) as exposi es atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposi o   inadimplência; e (iii) o provável  ndice de recupera o das obriga es não cumpridas (perdas por inadimplência).

Estas mensura es de risco de crédito, que refletem as perspectivas de perdas ("modelo de perdas esperadas") e são exigidas pela Política de Risco de Crédito, são periodicamente incorporadas   gestão operacional. As mensura es operacionais podem ser comparadas às provisões para perda por redu o ao valor recuperável, as quais são baseadas em perdas que tenham sido incorridas   data do balanço patrimonial ("modelo de perdas incorridas") e não nas perdas esperadas (conforme item 4.1.3 desta nota explicativa).

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classifica o projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da compara o com dados externos disponíveis. A escala de classifica o do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposi es migram entre as categorias e a avalia o da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classifica o são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classifica o e de seu poder de previsão com rela o a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classifica o externa, quando possível, para parametrizar sua avalia o interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econ mico.

(ii) A exposi o   inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento,   o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com rela o ao montante da perda estabelecido por uma a o, se a inadimplência ocorrer. Este montante   expresso como perda percentual por unidade de exposi o e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da a o e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitiga o de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitiga o

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentra es de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em rela o a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas defini es da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com rela o a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais freqüentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposi o a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento   adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposi es registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposi es reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

A exposi o ao risco de crédito   também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da altera o do limites quando apropriado.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

Outras medidas específicas de controle e mitiga o são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas   a tomada de garantias sobre a libera o de recursos, que   uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orienta es sobre a aceita o de classes específicas de garantias ou mitiga o do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

- Garantias financeiras;
- Garantias fiduciárias; e
- Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscar  garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redu o ao valor recuperável com rela o a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mant m limites de controle sobre a posi o líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito   limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto  , ativos com valor justo positivo), sendo que em rela o aos derivativos   apenas uma pequena fra o do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposi o ao risco de crédito   administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposi es potenciais causadas pelas movimentaaes do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposi es ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porões não utilizadas de autoriza es para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com rela o ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda   igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

4.1.3. Políticas de perdas por redu o ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classifica o interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa d o mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redu o ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elabora o de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data da demonstra o da posi o financeira com base em evidência objetiva de perdas por redu o ao valor recuperável. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante de perdas de crédito incorridas contempladas nas demonstra es financeiras consolidadas   geralmente menor do que o montante determinado pelo modelo de perdas esperadas, usado pela área operacional interna e para fins de regulamenta o bancária.

A provisão para perda pela redu o ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício   derivada das classifica es de nível de risco.

Os critérios de classifica o auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

redução ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

- Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do devedor;
- Deterioração do valor da garantia;
- Redução abaixo do nível do investimento.

4.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

	Exposição máxima	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Equivalentes de caixa (NE.5)	281.130	1.237.984
Mantidos para negociação	975.831	505.167
Títulos e valores mobiliários	776.024	304.639
Derivativos (não instrumento de hedge)	199.807	200.528
Ativos financeiros disponíveis para venda	371.888	478.457
Títulos e valores mobiliários	371.888	478.457
Empréstimos e recebíveis	3.546.178	3.199.594
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	16.602	6.298
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.529.576	3.193.296
Ativos dados em garantia	666.086	692.073
Ativos não correntes mantidos para venda	3.923	214
Garantias prestadas (<i>off balance</i>) (NE. 31)	216.579	195.661
Total	6.061.615	6.309.150

A tabela acima representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2011 e de 2010, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas acima são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a institui es financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou institui es financeiras estão resumidas abaixo:

	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redu�o do valor recuperável	3.203.146	16.602	2.880.347	6.298
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redu�o do valor recuperável	182.889	-	178.593	-
Sujeitos a perdas por redu�o do valor recuperável	361.768	-	284.795	-
Valor bruto	<u>3.747.803</u>	<u>16.602</u>	<u>3.343.735</u>	<u>6.298</u>
Menos - provisão para perdas por redu�o do valor recuperável	(218.227)	-	(150.439)	-
Valor líquido	<u><u>3.529.576</u></u>	<u><u>16.602</u></u>	<u><u>3.193.296</u></u>	<u><u>6.298</u></u>

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou institui es financeiras renegociados

As atividades de renegocia o incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administra o, modifica o e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegocia o, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma   condi o de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegocia o são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegocia es são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os empréstimos e adiantamentos renegociados que de outro modo estariam vencidos ou individualmente provisionados por perdas por redu o ao valor recuperável estão demonstrados a seguir:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>6.244</u>	<u>11.000</u>
Total	<u><u>6.244</u></u>	<u><u>11.000</u></u>

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designação de classificação de risco:

	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Títulos mantidos para negociação	Disponíveis para venda	Títulos mantidos para negociação	Disponíveis para venda
Carteira própria	776.024	331.974	304.639	399.996
Notas do Tesouro Nacional (i)	178.683	-	13.947	-
Letras do Tesouro Nacional (i)	483.422	-	290.692	-
Letras Financeiras do Tesouro (i)	113.919	330.967	-	397.641
Fundo de investimento em direitos creditórios (ii)	-	1.007	-	2.355
Vinculados à prestação de garantias	626.172	39.914	613.612	78.461
Letras do Tesouro Nacional (i)	626.172	-	613.612	-
Letras Financeiras do Tesouro (i)	-	39.914	-	78.461
Vinculados ao Banco Central	15.074	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	15.074	-	-	-
Total	1.417.270	371.888	918.251	478.457

(i) Rating BBB em 31 de dezembro de 2011 (Rating BBB em 31 de dezembro de 2010)-, conforme Standard & Poor's.

(ii) Cotas do FIDC Energisa – Rating AAA -- em 31 de dezembro de 2011 (Rating AAA em 31 de dezembro de 2010), conforme Standard & Poor's.

4.1.7. Retomada de garantias

Nas datas indicadas, o Banco Société Générale obteve posse de ativo dado em garantia, como segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imóveis	3.518	-
Outros ativos	405	214
Total	3.923	214

Incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. As garantias retomadas são geralmente mensuradas ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria.

4.2. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

As carteiras de investimento não designadas para negocia o correspondem, basicamente, as opera es de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros,  ndice de preços e câmbio. Além disso, em fun o da desmutualiza o da Bolsa de Valores o Banco Société Générale ficou com algumas a es em seu portfólio (desde Maio/2008 até Maio/2010). As técnicas de mensura o utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensura o do risco de mercado

(a) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR   uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas   carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condi es do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manuten o das posi es" (1 dia), além disto, pressupõe também que a movimentaa o ocorrida ao longo deste período seguir  um padrão similar ao das movimentaa es que tenham ocorrido ao longo de períodos de 252 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR   utilizado para a mensura o de risco das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Estes limites são diariamente monitorados pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das opera es financeiras da carteira de negocia o sujeitas   varia o das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscila o de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida   internacionalmente conhecida, dentre outras denomina es, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade"   aplicada considerando uma oscila o de 10 basis-point (isto  , 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. O resultado obtido a partir da aplica o do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira)   contrastado com os limites de sensibilidade aprovados para cada fator de risco e então   feita a verifica o de conformidade com os limites pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovada pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

(c) Testes de stress

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posi es em cenários extremos. O teste de stress   uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econ micos que sejam desfavoráveis financeiramente às posi es da institui o.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de conseq ncias desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado:

- Alto: aplica o de choques direcionais de alta de taxas de juros seguindo agrega o das informa es em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto  , taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras);
- Médio: trata-se da aplica o de um choque de 10 basis points (0,10%) nas taxas de juros em reais e em moeda estrangeira. Portanto, o cenário "Médio" reflete os valores da análise de sensibilidade; e
- Baixo: aplica o de choques direcionais de baixa de taxas de juros seguindo agrega o das informa es em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto  , taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras).

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de Negocia o

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Moeda	1.950	29.463
Juros Pré-fixados em Reais	557	517
Juros em Moedas Estrangeiras	1.544	2.487
Juros Pós-fixados em Infla�o	3	1
VaR Total	4.054	32.468

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais	(5.201)	(189.804)	76.328	1.181	50.795	(37.516)
Risco de taxa de juros internacionais	(712)	(4.319)	4.537	(3.378)	(25.265)	7.673
Risco Total	(5.913)	(194.123)	80.866	(2.197)	25.530	(29.843)

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutua o nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situa o financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio   monitorado diariamente através da apura o da exposi o cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposi o a esse fator de risco através da atua o nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Général ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moedas.

Concentra es de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

Em 31 de dezembro de 2011:

	Dólar dos EUA	EURO	Franco Su�o	libra lense	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposi�o Ativa	6.381.951	1.973.771	213.083	3.219	-	2.680	5.449	8.580.152
Exposi�o Passiva	(6.363.833)	(2.045.411)	(200.931)	(2.463)	-	(3.262)	-	(8.615.899)

Em 31 de dezembro de 2010:

	Dólar dos EUA	EURO	Franco Su�o	libra lense	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposi�o Ativa	5.450.235	893.058	5.051	326	-	-	164	6.348.834
Exposi�o Passiva	(5.342.271)	(962.936)	(5.446)	(473)	(29)	-	(98)	(6.311.253)

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa   o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo   o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale expõe aos efeitos de flutua es das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentac es inesperadas. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposi o do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

Em 31 de dezembro de 2011:

	Em até um mês	De um a três meses	De tr�s a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	(518.913)	323.406	696.210	692.892	(20.662)	1.172.934
Juros em Moedas Estrangeiras	(455.154)	519.701	232.408	5.523	(218.563)	83.916
Juros indexados � Infla�o	(6.229)	660	3.566	1.609	213	(181)

Em 31 de dezembro de 2010:

	Em até um mês	De um a três meses	De tr�s a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais	(476.398)	79.318	(432.926)	(530.526)	(15.335)	(1.375.867)
Juros em Moedas Estrangeiras	(174.163)	157.855	438.937	460.569	106.135	989.333
Juros indexados � Infla�o	(3.490)	533	2.395	1.043	-	481

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquida o de seus direitos e obriga es.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento   realizado de forma gerencial e sua avalia o   realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez   avaliado para os três meses seguintes.

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar e a receber de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente   data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez   administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

31 de dezembro de 2011	Faixa de Prazo (dias corridos)		
	de 1 até 30 dias	de 31 até 60 dias	de 61 até 90 dias
Ativos			
Ativos negociáveis em mercado ativo	740.466	-	1.381
Outras Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez	502.449	168.320	133.266
Valores vinculados	593.322	-	126
Carteira de crédito	181.118	204.020	159.139
Derivativos	10.852	13.953	6.435
Outros ativos	18.524	11.505	7.828
Total	2.046.730	397.798	308.175
Passivos			
Depósito � vista	6.850	-	-
Depósito a prazo	78.512	99.225	914
Obriga�es por empréstimos	1.097.893	4.561	2.974
Derivativos	3.428	7.553	3.070
Outros passivos	266.237	129.485	19.345
Total	1.452.921	240.824	26.303
Diferença (ativo e passivo)	593.809	156.974	281.872

31 de dezembro de 2010	Faixa de Prazo (dias corridos)		
	de 1 até 30 dias	de 31 até 60 dias	de 61 até 90 dias
Ativos			
Ativos negociáveis em mercado ativo	1.827.702	-	-
Outras Aplica�es Interfinanceiras de Liquidez	333	-	-
Valores vinculados	824.301	-	-
Carteira de crédito	167.205	154.943	157.074
Aplica�es direcionadas	2.387	-	-
Derivativos	32.635	16.998	15.676
Outros ativos	29.579	13.859	13.859
Total	2.884.142	185.800	186.609
Passivos			
Opera�es compromissadas	131.652	-	-
Depósito � vista	3.927	-	-
Depósito a prazo	43.727	173.623	213.439
Obriga�es por empréstimos	1.418.092	26.744	51.889
Derivativos	4.313	19.514	11.667
Outros passivos	77.512	56.177	67.197
Total	1.679.223	276.058	344.192
Diferença (ativo e passivo)	1.204.919	(90.258)	(157.583)

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obriga es e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administra o também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

4.4. Risco operacional**Defini o**

  a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequa o de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado   inadequa o ou deficiência em contratos

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

firmados pela institui o, bem como san es em razão de descumprimento de dispositivos legais e indeniza es por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela institui o.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela institui o;
- Aqueles que acarretem a interrup o das atividades da institui o;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informa o; e
- Falhas na execu o, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na institui o.

Gestão e metodologia

O Banco Société Générale identifica e monitora a sua exposi o ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Avalia o de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Bas lia II; essa avalia o   revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de a es mitigantes a partir de um certo nível de exposi o;
- Análise sistemática das perdas operacionais históricas;
- Monitoramento mensal de indicadores de riscos;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de a es corretivas;
- Controles de conformidade e de preven o   lavagem de dinheiro ("compliance");
- Plano de continuidade de negócios;
- Comitê de novos produtos; e
- Campanhas de conscientiza o dos colaboradores.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (*)

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ativos financeiros	3.546.178	3.199.594	3.377.679	3.138.991
Empréstimos e recebíveis	3.546.178	3.199.594	3.377.679	3.138.991
Empréstimos e adiantamentos a institui�es financeiras	16.602	6.298	16.601	6.296
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.747.803	3.343.735	3.579.305	3.283.134
Provisão para perda por redu�o ao valor recuperável	(218.227)	(150.439)	(218.227)	(150.439)
Passivos financeiros	(4.665.043)	(5.161.389)	(4.550.193)	(5.186.676)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(4.665.043)	(5.161.389)	(4.550.193)	(5.186.676)
Depósitos de clientes	(613.722)	(1.190.138)	(624.436)	(1.190.267)
Depósitos de institui�es financeiras	(229.668)	(172.466)	(230.377)	(182.372)
Capta�es no mercado aberto	-	(131.652)	-	(131.652)
Obriga�es por empréstimos e repasses	(3.821.653)	(3.667.133)	(3.695.380)	(3.682.385)

(*) Para os valores justos dos ativos e passivos foi utilizada a mesma metodologia e modelos de precifica o do Grupo, conforme notas explicativas n  2.11 e n  3.b.

4.6. Gestão de capital

Os objetivos do Banco Société Générale na gestão de capital, que   um conceito mais amplo do que o de "patrim nio"   luz dos balanços patrimoniais, são os seguintes:

- Cumprir as exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores dos mercados bancários onde opera;
- Salvaguardar a capacidade operacional de forma que ele continue proporcionando retorno aos acionistas e benefícios aos outros interessados;
- Manter uma sólida base de capital para suportar o desenvolvimento de seus negócios.

A tabela a seguir resume a composi o do capital regulatório e os índices do Banco Société Générale em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. Durante os exercícios apresentados, as entidades individuais e o Banco Société Générale como um todo cumpriram todas as exigências externas relativas ao capital às quais estão sujeitos, de acordo com as práticas e requerimentos adotados pelo Bacen.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

Apurac o dos limites de Basiléia II

Rubrica	C�culo pelo critério atual (Basiléia II)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Patrim�nio Líquido de Referência - PR	958.870	1.087.232
Patrim�nio de Referência Exigido - PRE	631.647	575.207
Parcela do Risco das Posi�es "Banking Book" - RBAN	2.353	3.500
Valor da margem	<u>324.870</u>	<u>508.525</u>

Parcelas que compõem o PRE

Parcela	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
PEPR	444.850	46%	462.577	43%
PCAM	107.814	11%	10.355	1%
PJUR-1	8.860	1%	8.527	1%
PJUR-2	27.760	3%	39.210	4%
PJUR-3	185	0%	174	0%
PCOM	368	0%	-	0%
POPR	41.810	4%	54.364	5%

Extrapola o

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
�ndice exigido - BACEN	11%	11%
�ndice alcançado	16,64%	18,26%
(=) Margem extrapolada	2.953.364	3.964.527

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

5. Caixa, equivalentes de caixa e reservas no BACEN

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Caixa	15.860	49.456
Caixa em moeda nacional	3.635	2.041
Caixa em moeda estrangeira	12.225	47.415
Equivalentes de caixa	281.130	1.237.984
Aplica�es em ouro	-	2.683
Opera�es compromissadas	274.650	1.220.280
Certificados de depósitos interfinanceiros	6.480	15.021
Total de caixa e equivalentes de caixa	296.990	1.287.440
Reservas no BACEN - em espécie	919	423
Total de caixa equivalentes de caixa e reserva do Banco Central	297.909	1.287.863

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstra es Financeiras em conformidade com o BR GAAP.

6. Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia o**(a) Títulos e valores mobiliários**

	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Curva	Valor justo	Ajuste a	Curva	Valor justo	Ajuste a
			valor justo			valor justo
Carteira própria	773.981	776.024	2.044	305.500	304.639	(861)
Notas do Tesouro Nacional	177.047	178.683	1.636	13.911	13.947	36
Letras do Tesouro Nacional	483.021	483.422	402	291.589	290.692	(897)
Letras Financeiras do Tesouro	113.913	113.919	6	-	-	-
Vinculados � presta�o de garantias	620.125	626.172	6.047	614.903	613.612	(1.291)
Letras do Tesouro Nacional	620.125	626.172	6.047	614.903	613.612	(1.291)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-
Vinculados ao Banco Central	15.821	15.074	(747)	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	15.821	15.074	(747)	-	-	-
Total	1.409.927	1.417.270	7.343	920.403	918.251	(2.152)

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de opera es com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de d vida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial.

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de hedge)

O Banco Société Générale participa de opera es envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA).

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econ mica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, *swaps* de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos *swaps* de moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco   continuamente monitorado com relação ao valor justo atual,   propo  o do valor nominal dos contratos e   liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito   mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composição líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negociação   a seguinte:

	31 de Dezembro de 2011		31 de Dezembro de 2010	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	5.725.638	(1.435)	7.732.303	1.587
<i>Swaps</i>	113.750	(460)	6.996	769
Contrato de futuros (i)	5.611.888	(975)	7.725.307	818
Risco de moeda estrangeira	16.337.698	(56.883)	13.626.149	(64.427)
<i>Swaps</i>	4.300.408	(19.672)	2.190.707	(35.744)
<i>NDFs</i>	1.923.529	(21.983)	3.106.801	(3.504)
Contrato de futuros (i)	10.113.761	(15.228)	8.328.641	(25.179)
Total	<u>22.063.336</u>	<u>(58.318)</u>	<u>21.358.452</u>	<u>(62.840)</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2011

Indexador	Valor de referência				
	Operações registradas na BM&FBOVESPA	Operações registradas na CETIP	Total	Curva	Mercado
CDI x dólar	-	108.504	108.504	(2.520)	(2.202)
CDI x dólar (Fluxo de caixa)	-	358.131	358.131	(5.143)	(7.835)
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	2.611	2.611	(198)	(176)
CDI x pré	20.000	295.584	315.584	(1.802)	(2.864)
Dólar x CDI	149.254	-	149.254	(51.515)	(49.562)
Dólar x Franco (Fluxo de caixa)	-	33.173	33.173	(6.433)	(6.164)
Dólar (NDF)	-	1.108.703	1.108.703	3.051	6.725
Dólar x euro	-	1.178.596	1.178.596	19.189	20.817
Dólar x Libor (Fluxo de caixa)	-	314.604	314.604	(3.289)	(211)
Dólar x Libra	-	337.644	337.644	(4.652)	(4.652)
Libra x dólar	-	337.644	337.644	4.865	4.865
Dólar x IGP-M	14.657	-	14.657	(12.404)	(12.435)
Dólar x pré (Fluxo de caixa)	-	244.000	244.000	31.747	28.833
Euro x CDI	49.736	-	49.736	(1.349)	(1.415)
Euro (NDF)	-	811.041	811.041	(1.103)	(28.995)
IGP-M x dólar	-	14.657	14.657	13.979	14.078
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	2.611	2.611	(41)	(68)
Pré x CDI (Fluxo de caixa)	-	93.750	93.750	91	2.404
Pré x cesta de commodities	-	130.840	130.840	(17.691)	(15.982)
Pré x ouro	-	56.888	56.888	(3.341)	(1.934)
Cesta de commodities x pré	-	130.840	130.840	17.647	15.982
Ouro x pré	-	56.888	56.888	3.328	1.934
Franco x dólar	-	403.491	403.491	(10.194)	(726)
Franco (NDF)	-	1.276	1.276	24	35
Yen (NDF)	-	2.509	2.509	(32)	252
Pré x dólar	-	73.254	73.254	(10.157)	(7.158)
CDI x dólar	-	6.801	6.801	4.377	4.339
Total	233.647	6.104.040	6.337.687	(33.566)	(42.115)

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2010

Indexador	Valor de referência				
	Operações registradas na		Total	Curva	Mercado
	BM&FBOVESPA	Operações registradas na CETIP			
CDI x dólar	197.806	441.615	639.421	58.942	60.296
CDI x euro	-	109.350	109.350	5.505	4.733
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	-	7.833	7.833	304	472
Dólar x CDI	124.483	-	124.483	(62.083)	(58.061)
Dólar (NDF)	-	1.165.066	1.165.066	29.728	(4.900)
Dólar x IGP-M	43.882	-	43.882	(35.024)	(35.111)
Dólar x pré	-	978.768	978.768	(101.662)	(97.721)
Euro (NDF)	-	1.935.826	1.935.826	(266.171)	1.395
IGP-M x dólar	-	43.882	43.882	38.449	39.101
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	-	7.833	7.833	(112)	(366)
Pré x CDI	-	6.996	6.996	629	769
Pré x dólar	-	164.053	164.053	12.935	13.225
Franco (NDF)	-	5.431	5.431	107	(6)
Yen (NDF)	-	478	478	16	7
CDI x dólar	-	34.449	34.449	19.504	19.057
Pré x dólar	-	36.753	36.753	17.723	18.631
Total	366.171	4.938.333	5.304.504	(281.210)	(38.479)

A composição dos valores de referência *notional* e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

Em 31 de dezembro de 2011

	Valores referenciais					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	148.879	1.287.984	1.268.684	1.507.986	200.625	4.414.158
NDFs	356.822	777.368	227.569	407.498	154.272	1.923.529
Futuros	4.744.644	4.424.892	4.323.699	1.710.049	522.365	15.725.649
Total	5.250.345	6.490.244	5.819.952	3.625.533	877.262	22.063.336

Em 31 de dezembro de 2010

	Valores referenciais					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
“Swap”	728.387	1.286.267	183.049	-	-	2.197.703
NDFs	578.965	740.130	131.346	867.453	788.907	3.106.801
Futuros	8.421.434	4.178.653	2.675.966	165.606	612.289	16.053.948
Total	9.728.786	6.205.050	2.990.361	1.033.059	1.401.196	21.358.452

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posi o líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensa o e/ou combina o. Essa posi o líquida   utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros   reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia o", na demonstra o consolidada do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa n  21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o – *hedge*".

7. Ativos financeiros disponíveis para venda

	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Curva	Valor justo	Ajuste a	Curva	Valor justo	Ajuste a
			valor justo			valor justo
Carteira própria	332.022	331.974	(48)	400.131	399.996	(135)
Letras Financeiras do Tesouro	331.015	330.967	(48)	397.776	397.641	(135)
Fundo de investimento em direitos creditórios	1.007	1.007	-	2.355	2.355	-
Vinculados � presta�o de garantias	39.925	39.914	(11)	78.490	78.461	(29)
Letras Financeiras do Tesouro	39.925	39.914	(11)	78.490	78.461	(29)
Total	371.947	371.888	(59)	478.621	478.457	(164)

O ajuste a valor justo para títulos disponíveis para a venda   contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal (40%). O saldo   negativo de R\$ 29 em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 109 em 31 de dezembro de 2010, conforme nota explicativa n 20 – "Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes".

A movimenta o do saldo de ativos financeiros disponíveis para venda nos exercícios está apresentada a seguir:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	478.457	1.145.769
Varia�o cambial dos ativos monetários	120	-
Adi�oes	104.672	12.272
Aliena�oes (*)	(243.773)	(740.710)
Ganhos proveniente das altera�oes no valor justo	32.412	61.126
Saldo final	371.888	478.457

(*) Neste montante está considerado o valor de R\$ 48 transferido para resultado devido   respectiva realiza o em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 21.350 em 2010), conforme nota explicativa n  19.d – "Patrim nio líquido – Ajustes de avalia o patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda".

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**Em milhares de reais

8. Empréstimos e recebíveis**(a) Empréstimos e adiantamentos a institui es financeiras**

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Aplica�es em depósitos interfinanceiros	2.250	-
Opera�es de arrendamento mercantil financeiro	14.352	-
Outros empréstimos a institui�es financeiras	-	6.298
Total	16.602	6.298

A Administra o avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Institui es Financeiras e não identificou evidências para contabiliza o de "provisão para perda por redu o ao valor recuperável".

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Composi o dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentra o:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados	1.948.071	2.042.411
Financiamentos	1.389.357	1.002.260
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	146.099	134.575
Operac�es de arrendamento mercantil financeiro (Nota explicativa n�8 d)	264.276	164.489
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.747.803</u>	<u>3.343.735</u>
Por setor do devedor		
Indústria	160.256	156.060
Comércio	120.473	157.820
Pessoas físicas	3.242.309	2.787.724
Institui�es Financeiras	8.919	-
Outros setores	215.846	242.131
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.747.803</u>	<u>3.343.735</u>
Por fórmula da taxa de juros		
Juros prefixados	(3.420.342)	3.233.101
Juros pós-fixados	327.461	110.634
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>(3.092.881)</u>	<u>3.343.735</u>
Por vencimento		
Vencidas a partir de 15 dias	110.698	195.447
A vencer até 3 meses	679.974	400.854
A vencer de 3 a 12 meses	1.194.666	914.414
A vencer acima de um ano	1.762.465	1.833.020
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.747.803</u>	<u>3.343.735</u>
Por concentra�o		
Principal devedor	193.697	108.638
10 seguintes maiores devedores	209.141	351.131
20 seguintes maiores devedores	64.599	81.125
50 seguintes maiores devedores	54.289	35.967
100 seguintes maiores devedores	28.753	19.460
Demais devedores	3.197.324	2.747.414
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redu�o ao valor recuper�vel	<u>3.747.803</u>	<u>3.343.735</u>
Provisão de perda por redu�o ao valor recuper�vel	<u>(218.227)</u>	<u>(150.439)</u>
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	<u>3.529.576</u>	<u>3.193.296</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(c) Provisão de perda por redu o ao valor recuperável

As varia es na provisão de perda por redu o ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Empréstimos e recebíveis" são as seguintes, por setor do devedor:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo Inicial de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	150.439	224.543
Comércio	13.846	12.396
Pessoas físicas	130.067	205.991
Outros setores	6.526	6.156
Constitui�o de saldos contra provisão de perdas por redu�o ao valor recuperável	226.291	169.808
Indústria	844	-
Comércio	1.037	3.322
Pessoas físicas	219.146	164.264
Outros setores	5.264	2.222
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redu�o ao valor recuperável	(158.503)	(243.912)
Comércio	(3.181)	(1.872)
Pessoas físicas	(145.753)	(240.188)
Outros setores	(9.569)	(1.852)
Saldo final de provisão de perda por redu�o ao valor recuperável	218.227	150.439
Recupera�es de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo (*)	55.728	55.417

O saldo de opera es de crédito renegociados no exercício   de R\$ 2.982 (R\$ 11.418 em 2010)

(*) Nota explicativa n  22.

(d) Opera es de arrendamento mercantil financeiro

Apresentamos abaixo a reconcilia o entre o investimento total bruto nos arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos a receber, assim como a análise do valor presente mínimo a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	278.626	164.489
Até 1 ano	131.614	56.462
Entre 1 e 5 anos	147.012	108.027
Carteira de arrendamento	3.082	199
Imobilizado de arrendamento, líquido de deprecia�o	305.265	171.648
Superveniência de deprecia�o	16.842	11.438
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas	1.697	-
Credores por antecip�o do valor residual	(48.260)	(18.796)
Saldo a valor presente	278.626	164.489

As opera es de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa n 8, sub-itens (a) Empréstimos e

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

adiantamentos a institui es financeiras e (b) – “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

(e) Perda por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redu o ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n  2 - "Principais práticas contábeis").

Demonstramos a seguir a composi o da perda por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos para os exercícios indicados:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Empréstimos e recebíveis		
Opera�es com evidência de impairment (análise individual)		
Saldo bruto	606.007	686.816
Provisão para impairment	(78.808)	(126.361)
Saldo contábil	<u>527.199</u>	<u>560.455</u>
Opera�es com análise de impairment coletivo		
Saldo bruto	3.158.398	2.663.217
Provisão para impairment	(139.419)	(24.078)
Saldo contábil	<u>3.018.979</u>	<u>2.639.139</u>
Saldo contábil – líquido de provisão para impairment	3.546.178	3.199.594
Saldo contábil – de empréstimos e recebíveis	3.764.405	3.350.033

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as perdas por redu o ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos apresentaram a seguinte moviment o:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	150.439	224.543
Adi�es	226.291	169.808
Baixas como prejuízo	(158.503)	(243.912)
Saldo Final	<u>218.227</u>	<u>150.439</u>

9. Ativos não correntes mantidos para a venda

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Bens reintegrados diversos	3.923	214
Total	<u>3.923</u>	<u>214</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram vendidos ativos não correntes mantidos para a venda no montante de R\$ 5.164 e R\$ 1.314 respectivamente. O prejuízo apurado na venda foi de R\$ 462 e R\$ 864 em 31 de dezembro de 2011 e 2010 respectivamente.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

10. Ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Aquisi�es	1.700	4.470	7.722	13.892
Baixa	(419)	(1.398)	(759)	(2.576)
Despesa de deprecia�o (nota explicativa n� 29)	(1.573)	(1.459)	(5.632)	(8.664)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(292)</u>	<u>1.613</u>	<u>1.331</u>	<u>2.652</u>
Em 31 de dezembro de 2011				
Custo	14.791	7.383	51.598	73.772
Deprecia�o acumulada	(9.293)	(1.373)	(33.548)	(44.214)
Valor contábil	<u>5.498</u>	<u>6.010</u>	<u>18.050</u>	<u>29.558</u>
Em 1� de Janeiro de 2010				
Custo	16.325	21.249	46.807	84.381
Deprecia�o acumulada	(7.981)	(1.991)	(27.999)	(37.971)
Valor contábil	<u>8.344</u>	<u>19.258</u>	<u>18.808</u>	<u>46.410</u>
Aquisi�es	2.001	-	4.628	6.629
Baixa	(2.888)	(13.753)	(206)	(16.847)
Despesa de deprecia�o (nota explicativa n� 29)	(1.674)	(1.108)	(6.503)	(9.285)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>5.783</u>	<u>4.397</u>	<u>16.727</u>	<u>26.907</u>
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo	14.930	5.505	51.156	71.591
Deprecia�o acumulada	(9.147)	(1.108)	(34.429)	(44.684)
Valor contábil	<u>5.783</u>	<u>4.397</u>	<u>16.727</u>	<u>26.907</u>

As despesas de deprecia o foram contabilizadas na conta "Deprecia o e amortiza o" na demonstra o consolidada do resultado.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados   aquisi o de ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

11. Ativos intangíveis

	ágio na aquisi�o de empresas	Outros ativos intangíveis	Total
Saldos em 1� de Janeiro de 2010			
Custo de aquisi�o	368.421	7.680	376.101
Amortiza�o acumulada e perdas por redu�o ao valor recuperável	(147.444)	(3.265)	(150.709)
Valor contábil líquido	<u>220.977</u>	<u>4.415</u>	<u>225.392</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Adi�es	-	8.607	8.607
Baixas	-	(2.877)	(2.877)
Amortiza�o	-	(1.133)	(1.133)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>220.977</u>	<u>9.012</u>	<u>229.989</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Custo de aquisi�o	368.421	13.404	381.825
Amortiza�o acumulada e perdas por redu�o ao valor recuperável	(147.444)	(4.392)	(151.836)
Valor contábil	<u>220.977</u>	<u>9.012</u>	<u>229.989</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Adi�es	-	2.653	2.653
Baixas	-	(2.834)	(2.834)
Amortiza�o	-	(1.377)	(1.377)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>220.977</u>	<u>7.454</u>	<u>228.431</u>
Em 31 de dezembro de 2011			
Custo de aquisi�o	368.421	13.223	381.644
Amortiza�o acumulada e perdas por redu�o ao valor recuperável	(147.444)	(5.769)	(153.213)
Valor contábil	<u>220.977</u>	<u>7.454</u>	<u>228.431</u>

O saldo de ágio na aquisi o de empresas, no valor de R\$ 368.421, refere-se principalmente  :

- Aquisi o da Cacipar Comércio e Participa es Ltda. ("Cacipar"), antiga controladora do Banco Cacique, ocorrida em 30 de novembro de 2007, no montante de R\$ 350.331;
- Aquisi o do Banco Pec nia, ocorrida em 29 de março de 2007, no montante de R\$ 17.375.

O saldo apresentado como amortiza o acumulada e perdas por redu o ao valor recuperável, refere-se principalmente  :

- A Administra o, através de estudo técnico, apurou que o valor provável de recupera o do ativo objeto de ágio, ou seja, da participa o societária no Banco Cacique,   menor que o respectivo valor contábil e, em 31 de dezembro de 2008, constituiu provisão para perdas, no montante de R\$ 119.861;

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados   aquisi o de ativos intangíveis no período de 2011.

Conforme práticas contábeis descritas nas notas explicativas n  2.17 – "Ativos intangíveis" e n  2.20 – "Redu o ao valor recuperável de ativos financeiros", para avalia o da redu o do valor recuperável de ativos intangíveis com vida útil indefinida não foram registradas perdas sobre o ágio registrado no exercício de 2011.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

12. Outros ativos

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Adiantamentos e antecipac�es salariais	2.289	2.503
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	212	303
Impostos e contribuic�es a compensar	25.749	38.294
Devedores por depósitos em garantia	133.396	106.964
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (i)	7.716	14.549
Mercado futuro	-	58
Relac�es com correspondentes	5.383	4.951
Negocia�o e Intermedia�o de valores	580	5.520
Outros	17.959	8.908
Total	193.284	182.050

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa n  34).

13. Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negocia o correspondem aos derivativos, cujo valor justo nas referidas datas-base do exercício sejam negativos e que não sejam objetos de *hedge*.

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Valor justo negativo em derivativos - Swap	241.922	239.007

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como "Outros passivos" no balanço patrimonial e estão apresentadas na nota explicativa n  6.b.ii – "Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negocia o - Futuros de taxas de câmbio e de juros"

14. Depósitos de clientes

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Pessoas jurídicas	586.227	1.160.238
Depósitos � vista	6.635	2.431
Depósitos a prazo	579.592	1.157.807
Pessoas físicas	27.495	29.900
Depósitos � vista	15	32
Depósitos a prazo	27.480	29.868
Total de depósito de clientes	613.722	1.190.138

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

15. Depósitos de institui es financeiras e capta es no mercado aberto

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Depósitos interfinanceiros	229.668	172.466
Opera�es compromissadas	-	131.652
Total de depósito de institui�es financeiras e capta�es no mercado aberto	<u>229.668</u>	<u>304.118</u>

16. Obriga es por opera es de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Obriga�es por empréstimos	<u>3.821.653</u>	<u>3.633.609</u>
Obriga�es em moeda estrangeira - exporta�o e importa�o (i)	43.969	228.916
Obriga�es em moedas estrangeiras - outras obriga�es (ii)	780.920	1.554.412
Obriga�es por empréstimos no exterior (iii) (nota explicativa n� 34)	2.838.671	1.455.113
Empréstimos em moeda nacional (iv)	158.093	395.168
Obriga�es por repasses no exterior	-	<u>33.524</u>
Obriga�es por repasses no exterior (v)	-	33.524
Total de obriga�es por empréstimos e repasses	<u>3.821.653</u>	<u>3.667.133</u>

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2012 e para aplica o em desconto de letras de exporta o, pr -financiamentos de exporta es e financiamentos de importa es, incorrendo em varia o cambial, acrescida de juros de até 1,98% ao ano (1,39% ao ano em 2010).

(ii) São representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeito a varia o cambial e juros de até 6,67% ao ano em 2011 e 2010.

(iii) Refere-se principalmente a empréstimos centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2016, sujeitos   varia o cambial e a juros de até 6,67% ao ano em 2011 e em 2010. Em 03 de janeiro de 2012, foi liquidado o montante de R\$ 305.042, referente a empréstimos captados no exterior, junto ao Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris).

(iv) Refere-se a empréstimo obtido no País, no valor original de R\$ 31.400, com vencimento em 2014, sujeito   varia o do CDI.

(v) Em 2010, referiam-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior com a Matriz do Banco, com vencimento até 2011, sujeitos   varia o cambial e a juros de até 4,53% ao ano.

17. Provisões

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das a es e na avalia o de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das a es cuja avalia o   de perda provável.

As obriga es legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstra es financeiras.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Saldos das provisões constituídas

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Ações fiscais	217.929	182.252
Ações trabalhistas	35.689	19.330
Ações cíveis	21.407	15.087
Total	<u>275.025</u>	<u>216.669</u>

(b) Movimentação das provisões

	31 de Dezembro de 2011			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	182.252	19.330	15.087	216.669
Constituição (*)	28.051	22.468	9.177	59.696
Baixas	(2.306)	(241)	-	(2.547)
Reversão (*)	(60)	(6.107)	(2.864)	(9.031)
Atualização (*)	9.992	239	7	10.238
Saldo final	<u>217.929</u>	<u>35.689</u>	<u>21.407</u>	<u>275.025</u>
Devedores por depósitos em garantia	114.018	10.562	2.684	127.264

	31 de Dezembro de 2010			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	135.631	16.003	12.979	164.613
Constituição (*)	43.168	6.077	4.242	53.487
Baixas	(45)	(833)	(852)	(1.730)
Reversão (*)	(3.575)	(2.146)	(1.299)	(7.020)
Atualização (*)	7.073	229	17	7.319
Saldo final	<u>182.252</u>	<u>19.330</u>	<u>15.087</u>	<u>216.669</u>
Devedores por depósitos em garantia	88.989	10.319	1.883	101.191

(*) Nota explicativa nº 30

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(c) Detalhamento das a es fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

31 de Dezembro de 2011	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado
Perdas prováveis	193.669	193.669	20.224	20.224	21.407	21.407	235.300	235.300
Perdas possíveis	464.823	24.260	81.915	15.095	95.377	-	642.115	39.355
Perdas remotas	65.173	-	25.442	370	19.500	-	110.115	370
Saldo final	723.665	217.929	127.581	35.689	136.284	21.407	987.530	275.025

31 de Dezembro de 2010	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado	reclamado	Provisionado
Perdas prováveis	161.071	161.071	13.732	13.732	15.087	15.087	189.890	189.890
Perdas possíveis	401.653	21.181	41.598	5.228	93.876	-	537.127	26.409
Perdas remotas	85.364	-	58.136	370	19.894	-	163.394	370
Saldo final	648.088	182.252	113.466	19.330	128.857	15.087	890.411	216.669

A es fiscais e obriga es legais

Referem-se a obriga es legais e a es relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avalia o efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

A es classificadas como risco de perda provável e obriga es legais

- Compensaa o de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a corre o monetária de balanço com base na Lei n  8.200/91 - em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 14.859 (R\$ 16.686 em 2010);
- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensaa o com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 5.332 (R\$ 5.083 em 2010);
- Cobrança administrativa de contribui o para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 13.495 (R\$ 9.746 em 2010);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 123.600 (R\$ 112.176 em 2010);
- Plano Verão - A o judicial contestando os índices de corre o monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 6.296 (R\$ 17.383 em 2010).

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Exigibilidade de IRPJ sobre opera o financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 36.043 (R\$ 34.966 em 2010);
- Pedidos de compensaa o de IRRF – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 32.114 (R\$ 26.922 em 2010);
- Auto de infra o referente a cobrança de IRPJ e CSLL (acrescidos de multa de ofício e juros de mora), no montante de R\$ 285.800 (R\$ 270.301 em 2010), sobre a reconstitu o do ágio em investimentos efetuada no ano de 2008. O Banco apresentou em 24 de janeiro de 2011 contesta o ao referido auto, junto   Delegacia da Receita Federal em São Paulo – SP, da qual obteve em 13 de maio de 2011, decisão dando provimento   impugna o apresentada pelo Banco, exonerando-o, por conseguinte, da cobrança dos impostos em questão;
- Autos de infra o da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortiza o de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

desmutualiza o das a es CETIP referente ao ano 2008 – em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 35.192 (R\$ 6.793 em 2010);

- Provisão de IRPJ e CSLL sobre opera es day-trade e sobre processo de desmutualiza o da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais fora previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa n  15 ii - em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$ 26.622 (R\$ 25.337 em 2010);
- Plano Verão - Trata-se de a o judicial contestando os índices de corre o monetária de balanço de 1990 – R\$ 17.671 (R\$ 17.383 em 2010). Não há depósito judicial. O processo está na 12  Vara da Justiça Federal, aguardando julgamento.

A es trabalhistas

Referem-se   provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pr -contrata o para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também a es movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas a es trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As a es trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situa o de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avalia o de êxito e classifica o dos assessores jurídicos.

A es cíveis

São a es judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As a es de caráter indenizatório referem-se a indeniza o por dano material e/ou moral em decorrência da rela o de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e presta es de financiamentos. As a es revisionais referem-se a opera es de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas a es cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão   constituída com base na situa o de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avalia o de êxito e classifica o dos assessores jurídicos.

18. Passivos tributários diferidos e Outros passivos

a) Passivos tributários diferidos

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Provisão para impostos e contribui�es diferidas a pagar (i)	75.400	43.746
Total	75.400	43.746

(i) Conforme nota explicativa n  33.d. – “Imposto de renda e contribui o social”

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

b) Outros passivos

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Provisão para impostos e contribui�es correntes a pagar	26.312	42.938
Carteira de câmbio	102.744	2.193
Cheques administrativos	678	734
Obriga�o por aquisi�o de bens e direitos	54	135
Provisão com despesas de pessoal	28.230	32.048
Provisão para despesas de publica�o	125	127
Provisão para pagamentos a efetuar	11.766	19.429
Provisão para pagamento de lojistas	1.228	1.619
Recebimentos a processar	13.313	8.956
Rela�es interdependências	8.727	8.406
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (i)	2.749	17.845
Valores a pagar - partes relacionadas (nota explicativa n� 34)	4	43
Mercado futuro - Valores a liquidar	16.203	24.361
Valores a pagar - antigos acionistas do Banco Pec�nia	-	14.111
Outras	22.407	4.515
Total	234.541	177.460

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa n  34).

19. Patrim nio líquido**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o capital social estava representado por a es, sem valor nominal, pertencentes ao acionista domiciliado no exterior, composto da forma apresentada no quadro abaixo:

	A�es ordinárias	A�es preferenciais	Total
Quantidades em 31 de dezembro de 2011			
Domiciliadas no exterior	302.291	302.291	604.582
	302.291	302.291	604.582
Quantidades em 31 de dezembro de 2010			
Domiciliadas no exterior	241.588	241.588	483.176
	241.588	241.588	483.176

(b) Aumento de capital

Conforme assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de julho de 2011, foi aprovada proposta de aumento de capital social do Banco de R\$ 1.404.908 para R\$ 1.672.912, mediante a emissão de novas a es pelo preço de R\$ 2.907,65 por a o, sendo 46.086 a es ordinárias com direito a voto e 46.086 a es preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 04 de agosto de 2011. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administra o, realizada em 22 de dezembro de 2011, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco de R\$ 1.672.912 para R\$ 1.757.914, mediante a emissão de novas a es pelo preço de R\$ 2.907,65 por a o, sendo 14.617 a es ordinárias com direito a voto e 14.617 a es preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2011.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(c) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco,   assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administra o, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declara o de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

(d) Ajustes de avalia o patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para a venda

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	(109)	21.186
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	32	55
Transferência para o resultado devido � realiza�o	48	(21.350)
Saldo final	<u>(29)</u>	<u>(109)</u>

(e) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa n  21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o - *hedge*.

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	2.752	5.045
Parcela efetiva	(23.119)	(2.123)
Transferência para o resultado devido � inefetividade	591	(170)
Saldo final	<u>(19.776)</u>	<u>2.752</u>

(f) Aquisi o de participa o societária detida anteriormente por acionistas não controladores

Em 10 de fevereiro de 2010 o Banco Société Générale adquiriu através de pagamento   vista em dinheiro 30% da participa o da controlada Banco Pec nia S.A., pertencente anteriormente aos acionistas não controladores Tecnicredito SGPS S.A. (Portugal), passando a deter a totalidade da participa o societária. Segundo a IAS 27 parágrafo 30 "As mudanças na participa o societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultarem em uma obten o de controle são contabilizadas como transa oes patrimoniais. Assim sendo, os valores contábeis das participa oes controladoras e não controladoras serão ajustadas para refletir as mudanças em suas participa oes relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participa oes não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrim nio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Aquisi�o da participa�o societária	38.700
30% do PL ajustado em Fev/2010	<u>(8.632)</u>
Ágio na aquisi�o da participa�o	30.068
Ajuste de equivalência patrimonial em IFRS - Dez/2010	<u>(1.012)</u>
Total	<u>29.056</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

20. Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes

	31 de Dezembro de 2011			31 de Dezembro de 2010		
	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos (*)	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos (*)
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda	(49)	20	(29)	(181)	58	(109)
Hedge de fluxo de caixa	(32.959)	13.822	(19.776)	4.587	(1.835)	2.752
Total	(33.008)	13.842	(19.805)	4.406	(1.777)	2.643

(*) conforme nota explicativa número 19 (d) e (e).

21. Instrumentos financeiros derivativos não destinados   negocia o – hedge

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em duas estratégias de *hedge*, sendo uma de fluxo de caixa e outra de valor justo.

(a) Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de hedge visa proteger as altera es no fluxo de caixa devido a varia es cambiais das capta es externas. A taxa do CDI   considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e   fixada diariamente. A estratégia de hedge torna o fluxo de caixa constante no que se refere   volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis varia es na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

Os contratos de derivativos do tipo Futuros indexados ao DDI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de dezembro de 2011, representavam a valor de mercado R\$ 2.036.365 e R\$ 2.014.298 a valor de curva (R\$ 798.464 e R\$ 798.011, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010).

As capta es no exterior, cujo valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são empréstimos obtidos com o Société Générale Corporate & Investment Bank (França-Paris). Em 31 de dezembro de 2011, o saldo contábil das capta es externas   de R\$ 2.014.298 (R\$ 798.011 em 31 de dezembro de 2010).

Nenhum relacionamento de *hedge* foi descontinuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

(b) Hedge de valor justo

Os hedges de valor justo foram designados em outubro e setembro de 2008, e os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2013.

Nossas estratégias de hedge visam proteger: (i) as altera es no valor justo da carteira de ativos com taxas pré-fixadas de varia es na taxa referencial de juros interfinanceiro do mercado brasileiro (CDI) e (ii) a exposi o nas varia es cambiais nas linhas captadas no exterior. As estratégias de hedge tornam as carteiras objeto do hedge constante no que se refere   variabilidade da taxa referencial de juros e varia o cambial. Para proteger a variabilidade do valor justo da carteira de ativos de possíveis varia es na taxa referencial interfinanceira de juros, o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos indexados ao DI na BM&FBOVESPA, similarmente, para se proteger das varia es cambiais das capta es no exterior, o Banco utiliza contratos de derivativos futuros indexados ao DDI na BM&FBOVESPA.

Os contratos de derivativos do tipo Futuro indexados ao DI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de dezembro de 2011 representavam a valor de mercado R\$ 11.814 e R\$ 9.023 a valor de curva (R\$ 138.691 e R\$ 133.079 em 31 de dezembro de 2010).

Os contratos de derivativos do tipo Futuros indexados ao DDI, utilizados como instrumento de hedge, em 31 de

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

dezembro de 2011, representavam a valor de mercado R\$ 264.430 e R\$ 228.655 a valor de curva (R\$ 381.570 e R\$ 377.444 em 31 de dezembro de 2010).

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, o Banco Société Générale utiliza o método "dollar offset".

A carteira de ativos pré-fixados, cujos valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são opera es de crédito contraídas com clientes pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo contábil da carteira de ativos a valor de mercado   de R\$ 9.796 e R\$ 7.444 pela curva contratual. (R\$ 115.198 e R\$ 109.736, respectivamente em 31 de dezembro de 2010).

As capta es no exterior, cujo valores justos estão sendo protegidos pela estratégia de hedge, são empréstimos obtidos com o Société Générale Corporate & Investment Bank (França-Paris). Em 31 de dezembro de 2010, o saldo contábil a valor de mercado   de R\$ 257.343 e de R\$ 224.173 (R\$ 377.953 e R\$ 373.548, respectivamente em 31 de dezembro de 2010).

Nenhum relacionamento de hedge foi descontinuado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

22. Receitas de juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstra o do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medi o do valor justo, e das retifica es de resultado como consequência da contabiliza o das opera es de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedu o de impostos r tidos na fonte.

A composi o dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Aplica�es em depósitos interfinanceiros	1.011	5.555
Aplica�es em opera�es compromissadas	48.884	60.896
Aplica�es no exterior	771	167
Empréstimos e adiantamentos	774.695	783.202
Financiamentos de moedas estrangeiras	4.270	9.888
Opera�es de câmbio	3.448	4.660
Títulos de renda fixa	170.995	144.216
Tarifas com emissões e abertura de crédito	42.306	10.624
Recupera�o de créditos baixados (nota explicativa n� 8.c)	55.728	55.417
Receita de arrendamento financeiro e operacional	26.405	16.527
Outros	48.500	-
Total	1.177.013	1.091.152

23. Despesas de juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstra o do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remunera o em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medi o do valor justo, das retifica es de custo, como resultado da contabiliza o das opera es de *hedge accounting*.

A composi o dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

	2011	2010
Depósitos a prazo	128.379	111.842
Depósitos interfinanceiros	17.244	62.508
Empréstimos no exterior	424.731	4.873
Obriga�es com banqueiros no exterior	121.808	(37.397)
Opera�es compromissadas	11.189	22.649
Opera�es de câmbio	251	354
Repasses do exterior	4.822	(125)
Obriga�es com banqueiros - cessão de créditos	-	40.987
Outros	606	4.686
Total	<u>709.030</u>	<u>210.377</u>

24. Resultado líquido de tarifas e comissões

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões"   composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composi o do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Receita de tarifas e comissões	1.606	342
Administra�o de fundos	204	129
Cobrança	3.807	1.473
Garantias prestadas	1.486	1.838
Tarifas bancárias	277	274
Coloca�o de títulos	-	4.616
Outros serviços	295	311
Resultados líquido de tarifas e comissões	<u>7.675</u>	<u>8.983</u>
Total das receitas de tarifas e comissões	8.598	9.807
Total das despesas de tarifas e comissões	(923)	(824)

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

25. Resultado de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia o

	2011	2010
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negocia�o	25.049	34.978
Lucros com títulos de renda fixa	14.367	6.610
Prejuízos com títulos de renda fixa	(1.950)	(2.378)
Rendas de aplica�oes em fundos de investimento	182	637
Rendas de títulos de renda variável	308	30.058
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(1.435)	(2.103)
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	13.577	2.154
Derivativos	85.097	(170.792)
Swaps	(97.971)	(147.864)
Futuros	160.018	(6.738)
Op�oes	23.050	(16.190)
Total	110.146	(135.814)

26. Resultado de títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda e derivativos não destinados   negocia o

	2011	2010
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	(39)	9.213
Lucros com Títulos de Renda Fixa (TVM)	-	14.262
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa (TVM)	(39)	(5.049)
Derivativos - não destinados a negocia�o	(10.633)	(45.976)
Futuros	(10.633)	(45.976)
Total	(10.672)	(36.763)

27. Despesas de pessoal

	2011	2010
Benefícios de curto prazo	(2.668)	(1.824)
Proventos	(104.992)	(102.723)
Honorários	(7.527)	(2.558)
Benefícios	(25.277)	(25.482)
Encargos sociais	(41.596)	(37.459)
Treinamentos	(2.270)	(1.119)
Estagiários	(899)	(982)
Benefícios pós-emprego	(4)	(15)
Benefícios rescisórios	(195)	(382)
Aviso prévio	(1.987)	(1.206)
Indeniza�oes	(2.465)	(2.117)
Total	(189.880)	(175.867)

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

28. Despesas administrativas

	2011	2010
�gua, energia e gás	(2.156)	(2.202)
Aluguéis	(24.737)	(21.918)
Arrendamentos de bens	(714)	(1.368)
Comunica�es	(16.156)	(16.881)
Contribui�es filantrópicas	(854)	(1.076)
Manuten�o e conserva�o de bens	(2.825)	(2.038)
Material	(1.802)	(2.832)
Despesa de processamento de dados	(34.093)	(26.016)
Promo�es e rela�es públicas	(2.222)	(1.015)
Propaganda e publicidade	(7.424)	(281)
Publica�es	(351)	(7.073)
Seguros	(2.349)	(2.577)
Serviços do sistema financeiro	(16.845)	(11.095)
Serviços de terceiros	(24.368)	(24.330)
Serviços de vigilância e segurança	(923)	(1.057)
Serviços técnicos especializados	(142.067)	(134.181)
Transporte	(3.369)	(4.145)
Viagem ao exterior	(611)	(1.301)
Viagem no país	(2.855)	(2.833)
Multas aplicadas pelo Banco Central	(12)	(50)
Outras despesas administrativas	(27.195)	(17.029)
Total	(313.928)	(281.298)

29. Deprecia o e amortiza o

	2011	2010
Deprecia�o de imobilizado (nota explicativa n� 10)	8.664	9.285
Amortiza�o de intangível	1.377	1.133
Total	10.041	10.418

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

30. Outras receitas (despesas) operacionais

	2011	2010
Rendas de outros serviços	17.575	15.266
Recuperação de encargos e despesas	1.955	11.212
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	14.296	7.416
Reversão de provisão de participação no resultado	1.095	5.700
Atualização de depósitos judiciais	8.240	4.158
Descontos obtidos	927	2.046
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.683)	(1.624)
Despesas não Operacionais	(2.033)	-
Despesas Tributárias	(46.350)	(49.303)
Rendas de Disponibilidades em Moedas Estrangeiras	38.807	(8.159)
Variações e Diferenças de Taxas	67.456	(25.184)
Provisão para ações fiscais	(28.051)	(43.168)
Atualização de ações fiscais	(9.992)	(7.073)
Provisão para ações trabalhistas	(22.468)	(6.077)
Atualização de ações trabalhistas	(239)	(229)
Provisão para ações cíveis	(9.177)	(4.242)
Atualização de ações cíveis	(7)	(17)
Reversão de provisão para ações fiscais	60	3.575
Reversão de provisão para ações trabalhistas	6.107	2.146
Reversão de provisão para ações cíveis	2.864	1.299
Provisão para pagamento de gratificação	(8.019)	(12.244)
Despesas com indenizações cíveis	(3.017)	(3.077)
Descontos concedidos	(20.945)	(9.303)
Provisão de prestação de serviços no exterior	(10.284)	(7.651)
Receitas de liquidação de contrato de arrendamento	2.686	2.634
Lucro no recebimento de créditos adquiridos	2.692	2.555
Provisão para pagamento de honorários advocatícios	(3.677)	-
Atualização monetária dos valores a pagar aos antigos acionistas	(934)	(1.526)
Reversão de provisão para devolução de tarifas	1.549	-
Reversão de proviões com créditos cedidos com coobrigação	2.238	53
Despesas com fraudes	(2.844)	-
IOF de crédito bancado sobre operações	(3.587)	(2.801)
Outras despesas operacionais	(4.376)	(9.379)
Outras receitas operacionais	29.500	17.214
Total	<u>20.364</u>	<u>(115.783)</u>

31. Compromissos de crédito (off balance)

Os valores não reconhecidos (off balance) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Avais e fianças	216.579	195.661
Total	<u>216.579</u>	<u>195.661</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

32. Plano de pagamento baseado em a es

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remunera o variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em a es.

Apresentamos a seguir os dois planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2011 e outorgados a partir de 1  de janeiro de 2010. Os dois planos são classificados como pagamentos baseados em a es com liquida o em a es.

I - Plano de a es diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de A es Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribui o, 5.641 a es foram alocadas aos funcionários do Banco Société Générale.

A outorga das a es estão condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condi es de performance. Sendo que 50% das a es serão outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das a es sujeitas a condi o de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as a es serão empossadas de acordo com a seguinte formula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das a es serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicar  caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das a es e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficar entre os três primeiros colocados no ranking TSR serão empossadas 50% das a es; se o SG ficar entre a 4  e 6 . serão outorgadas 25% das a es e caso fique após a sexta posi o nenhuma a o será empossada.

O Banco Société Générale avaliou que 3.263 (2010 - 3.185) a es seriam empossadas, sendo 35,59 Euros o valor justo unitário das a es, calculados adotando o método de arbitragem.

II - Plano de a es livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Generale designou os beneficiários do Plano de A es livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribui o, 70.520 a es estão alocadas aos funcionários do Banco Société Générale na data base de 31 de dezembro de 2011 (2010 - 94.920).

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das a es condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condi o de desempenho na qual o retorno sobre o capital (ROE) do Grupo Société Generale atinja 10% em 2012. O segundo grupo, 60% das a es remanescentes, está condicionado   permanência no grupo em 31 de Março de 2016 com a condi o de que a satisfa o dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (opera es França, Banco de varejo e Corporate Banking).

Das a es outorgadas, avaliou-se que 38.119 (2010 - 36.547) seriam empossadas pelo Banco Société Générale. O valor justo unitário das a es foi de 34,52 Euros e 33,26 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

33. Imposto de renda e contribui o social**(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribui o social incidente sobre as opera es nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:**

	2011	2010	2011	2010
	Imposto de renda	Imposto de renda	Contribui�o social	Contribui�o social
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribui�o social, deduzido das participa�es estatutárias no lucro	(144.644)	(35.992)	(144.644)	(35.992)
Alíquotas vigenes	25%	25%	9% (*) e 15%	9% (*) e 15%
Receita de imposto de renda e contribui�o social, de acordo com a alíquota vigente	36.161	8.203	22.185	6.391
(a) Efeito do imposto de renda e da contribui�o social sobre diferenças permanentes				
(-) Provisão para despesas com SG Paris	(1.810)	(7.952)	(1.085)	(4.772)
(-) Despesas com fraudes	(180)	(135)	(108)	(81)
(-) Incentivo fiscal	(86)	(176)	(59)	(113)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(1.400)	(262)	(840)	(157)
(-) Descontos concedidos	(523)	(1.056)	(314)	(633)
(-) Provisão com cessão de crédito	(144)	(164)	(86)	(98)
(-) Outras	(1.993)	(6.803)	(8.693)	(4.078)
	(6.136)	(16.548)	(11.185)	(9.932)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribui�o social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores				
Diferenças temporárias				
(-) A�es fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.831)	(6.544)	(1.303)	(3.879)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	(9.606)	57.073	(5.863)	34.244
(-) Amortiza�o de �gio	(14.960)	-	(8.976)	-
(-) Perda de crédito Art. 340 RIR	-	4.682	-	2.809
(-) Provisão para créditos de liquida�o duvidosa	(252)	(4.817)	(152)	(2.890)
(-) Provisão de b�nus e PLR	1.242	(695)	744	(417)
(-) Outras diferenças temporárias	(4.271)	(570)	(2.606)	(50)
(-) Prejuízos fiscais	(29.973)	(45.962)	(17.852)	(27.548)
	(59.652)	3.167	(36.008)	2.269
(c) Efeito da compensa�o de prejuízos fiscais	(1.639)	43	(1.111)	22
(d) Baixa de créditos tributários de exercícios anteriores (**)	(101.157)	-	(60.695)	-
(e) Credito tributário não constituído (**)	(37.736)	-	(14.776)	-
Despesa de imposto de renda e contribui�o social	(170.159)	(5.135)	(101.590)	(1.250)

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras   de 9%

(**)Em 30 de junho de 2011, a controlada Banco Cacique S.A., decidiu, ao avaliar seu crédito tributário naquela data, pela sua baixa no montante de R\$ 161.852, sendo R\$ 101.157 correspondente ao imposto de renda (25%) e R\$ 60.695 de contribui o social (15%), relativos a reversão de créditos tributários de exercícios anteriores, conforme requerido pela Resolu o BACEN n  3059 - artigo 5 , por ter se desenquadrado do histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribui o social nos três dos últimos cinco exercícios sociais, período este que deve incluir o exercício de referência, e não realizou, em dois períodos consecutivos, 50% ou mais dos valores previstos em seu estudo técnico com créditos tributários constituídos sobre prejuízo fiscal.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(b) Composi o do imposto de renda e da contribui o social diferidos:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Prejuízo fiscal e base negativa	46.857	315.586
Diferenças temporárias	46.119	82.322
Provisão para perdas por redu�o do valor recuperável	78.291	165.883
Provisão para contingências	119.825	107.222
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	79	163
Benefício fiscal incorpora�o	336.473	392.552
Outras	22.596	33.242
Total	<u>650.240</u>	<u>1.096.971</u>
Alíquota de imposto de renda e da contribui�o social	40%	40%
Crédito tributário constituído	<u>242.754</u>	<u>438.788</u>

(c) Movimenta o dos créditos tributários de imposto de renda e contribui o social sobre as diferenças temporárias:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	438.788	447.861
Baixas líquidas (*)	(192.583)	(4.313)
Transferência para imposto de renda diferido	(3.417)	(4.708)
Ajustes a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(34)	(52)
Saldo final (**)	<u>242.754</u>	<u>438.788</u>

(*) Em 30 de junho de 2011, a controlada Banco Cacique S.A., decidiu, ao avaliar seu crédito tributário naquela data, pela sua baixa no montante de R\$ 161.852.

(**) Incluem créditos tributários das controladas Banco Pec nia S.A e Banco Cacique S.A respectivamente, nos montantes de R\$65.374 e de R\$147.732, consubstanciados de acordo com estudos técnicos realizados para a data de 31 de dezembro de 2011, que projetam a gera o de lucros tributáveis futuros e consideram, também, aportes adicionais de recursos pelos seus acionistas controladores..

(d) Movimenta o do imposto de renda diferido e contribui o social passivo sobre as diferenças temporárias:

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Saldo inicial	43.746	74.711
Transferência de crédito tributário	(3.417)	(4.708)
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(9.763)
Marca�o a mercado <i>hedge</i> fluxo de caixa	(1.808)	(278)
Marca�o a mercado <i>hedge</i> valor justo	(831)	1.658
Reserva de reavalia�o	(6.239)	(17.874)
Marca�o a mercado de derivativos	36.528	-
Diversos	(840)	-
Diferenças de varia�o cambial (spot e ptax)	8.261	-
Saldo final (*)	<u>75.400</u>	<u>43.746</u>

(*) Conforme nota explicativa n  18 – “Outros passivos”.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

(e) Proje o de realiza o e valor presente dos créditos tributários:

O imposto de renda e a contribui o social diferidos serão realizados   medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realiza o   apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de gera o de resultados futuros positivos:

Ano	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
2011	-	78.449
2012	56.841	65.251
2013	69.370	66.333
2014	31.203	45.102
2015	30.258	56.276
2016	29.477	57.082
2017	25.605	64.245
2018	-	6.050
	<u>242.754</u>	<u>438.788</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 182.676 em 2011 e R\$ 291.957 em 2010.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

34. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administra o do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transa oes realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

		Ativo (passivo)		Receitas	Receitas
		31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	(despesas) 31 de Dezembro de 2011	(despesas) 31 de Dezembro de 2010
Société Générale - Nova York	Ligada				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira		5.136	11.199	(10.596)	(7.338)
Société Générale - Paris	Controladora				
Aplica�oes em moeda estrangeira		6.746	17.813	638	166
Disponibilidades no exterior		-	219	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira		279	18.169	(97.411)	(719)
Devedores diversos no exterior		7.716	14.549	14.599	15.064
Credores diversos no exterior		(2.749)	(17.845)	5.434	(35.033)
Obriga�oes em moeda estrangeira		(780.920)	(163.760)	(47.797)	(8.787)
Obriga�oes por empréstimos do exterior		(2.838.671)	(1.455.113)	(439.956)	(90.346)
Obriga�oes por repasses do exterior		-	(33.524)	(6.457)	125
Société Générale - Cayman	Ligada				
Obriga�oes em moeda estrangeira		-	(1.619.568)		19.910
Société Générale - Shangai	Ligada				
Obriga�oes em moeda estrangeira		-	-	(241)	(235)
Sogener Administra�o e Serviços Ltda.	Ligada				
Outros valores a receber de ligadas		2	2	14	15
Outros valores a pagar de ligadas		(4)	(43)	(591)	(830)
Depósitos � vista		(10)	(9)	-	-
Depósitos a prazo		(1.566)	(1.794)	(145)	(136)
Ald Automotive Ltda.	Ligada				
Depósitos � vista		(8)	(165)	-	-
Depósitos a prazo		(24.871)	(2.714)	(4.742)	(430)
Opera�oes com swap - diferencial a receber/(pagar)		(4.754)	32.435	2.345	1.386
Empréstimos		-	76.490	5.773	(1.485)
Diretoria					
Depósitos a prazo		-	-	-	(1.119)
Depósitos � vista		-	(39)	-	-
Resumo por conta:					
Depósitos no exterior em moeda estrangeira		5.415	29.368	(108.007)	(8.057)
Aplica�oes em moeda estrangeira		6.746	17.813	638	166
Devedores diversos no exterior		7.716	14.549	14.599	15.064
Disponibilidades no exterior		-	219	-	-
Depósitos � vista		(18)	(213)	-	-
Depósitos a prazo		(26.437)	(4.508)	(4.887)	(1.685)
Empréstimos		-	76.490	5.773	(1.485)
Outros valores a receber de ligadas		2	2	14	15
Obriga�oes em moeda estrangeira		(780.920)	(1.783.328)	(48.038)	10.888
Credores diversos no exterior		(2.749)	(17.845)	5.434	(35.033)
Obriga�oes por empréstimos do exterior		(2.838.671)	(1.455.113)	(439.956)	(90.346)
Opera�oes com swap - diferencial a receber/(pagar)		(4.754)	32.435	2.345	1.386
Obriga�oes por repasses do exterior		-	(33.524)	(6.457)	125
Outros valores a pagar de ligadas		(4)	(43)	(591)	(830)

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legisla o em vigor, as institui oes financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria institui o financeira, quaisquer diretores

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

ou administradores da própria institui o, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas institui es financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administra o ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remunera o de pessoas-chave da Administra o

	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010
Proventos	6.401	7.137
Contribui�o ao INSS	1.239	1.266
Total	<u>7.640</u>	<u>8.403</u>

35. Benefícios a empregados

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribui o definida para seus funcionários, o qual   administrado por uma entidade fechada, Unibanco AIG Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, as contribui es do Banco Société Générale totalizaram R\$ 571 (R\$ 451 em 2010) e dos funcionários R\$ 709 (R\$ 515 em 2010).

36. Reconcilia o entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) aplicáveis ao patrim nio líquido e resultado líquido consolidados

Demonstramos a seguir a reconcilia o do patrim nio líquido e resultado líquido consolidados:

36.1. Reconcilia o do patrim nio líquido

	Referência	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Patrim�nio líquido em BR GAAP (incluindo não controladores)		960.645	1.099.182
Reversão da amortiza�o de ágio	(a)	61.689	30.538
Despesa de deprecia�o de arrendamento financeiro - Arrendatário	(b)	37	31
Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap	(c)	38	461
Perda pela redu�o ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis-Impairment	(d)	(23.574)	25.593
Carteira de câmbio - Ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado	(e)	18.672	(1.982)
Ajuste a mercado hedge accounting - Hedge de fluxo de caixa	(f)	1.522	330
Compra da totalidade das a�es de investimento	(g)	(29.056)	(30.068)
Efeito da taxa efetiva de juros	(i)	59.298	46.384
Cessão de Crédito	(j)	(15.696)	(69.691)
Ativo intangível gerado internamente	(k)	730	(273)
Imposto de renda e contribui�o social sobre ajustes de IFRS	(l)	4.811	23.909
Patrim�nio líquido em IFRS		<u>1.039.115</u>	<u>1.124.414</u>

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

36.2. Reconcilia o do resultado líquido

	Referência	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado líquido em BR GAAP		(473.449)	(4.613)
Reversão da amortiza�o de ágio	(a)	31.151	30.538
Despesa de deprecia�o de arrendamento financeiro - Arrendatário	(b)	37	31
Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap	(c)	500	2.414
Perda pela redu�o ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis-Impairment	(d)	(27.233)	6.896
Carteira de câmbio - Ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado	(e)	20.653	(1.789)
Reclassifica�o de títulos e valores mobiliários	(h)	(70)	(106)
Efeito da taxa efetiva de juros	(i)	(9.093)	(46.830)
Cessão de crédito	(j)	54.650	(69.358)
Ativo intangível gerado internamente	(k)	1.003	1.317
Imposto de renda e contribui�o social sobre ajustes de IFRS	(l)	(14.105)	39.123
Outros		(437)	-
Resultado líquido reconhecido no exercício em IFRS		(416.393)	(42.377)

(a) Reversão da amortiza o de  gio

Segundo o BACEN GAAP, o ágio   amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos e está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indica o de redu o ao valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com a IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não   amortizado, mas testado para fins de determina o da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indica o de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil.

(b) Despesa de deprecia o de arrendamento financeiro – Banco Société Générale como arrendatário

A IAS 17 estabelece que a classifica o de um arrendamento está diretamente relacionada   permanência dos riscos e benefícios relacionados   propriedade do ativo arrendado, com o arrendador ou o arrendatário. Permanecendo com o primeiro,   classificado como um arrendamento operacional, caso contrário,   classificado como arrendamento financeiro. Após análise, foi constatado que todos os riscos e benefícios inerentes a uma opera o de arrendamento ficaram com o Banco Société Générale (atuando como arrendatário nesse caso), logo tal opera o foi classificada como arrendamento financeiro, fato que gerou um ajuste no resultado do período referente   deprecia o dos ativos reconhecidos.

(c) Ajuste a valor justo de alguns contratos de Swap

No BR GAAP, de acordo com a Circular BACEN n  3150/02, quando o instrumento financeiro derivativo for contratado em negocia o associada   opera o de capta o ou aplica o de recursos, a valoriza o ou desvaloriza o decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada desde que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da opera o associada. De acordo com a IAS 39,   requerida a avalia o de todos os instrumentos financeiros derivativos a valor justo, logo, o ajuste consiste na contabiliza o do valor justo das opera es de swap contabilizadas pelo custo corrigido no BR GAAP.

(d) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis – Impairment

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as institui es financeiras, a constitui o de provisões para risco de crédito segue as regras da Resolu o 2.682 do BACEN. De acordo com o IFRS, o modelo de mensura o de provisão para opera es de crédito se baseia nos conceitos de perda incorrida, que requer a identifica o de evidência objetiva de perdas por redu o ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento do ativo financeiro.

(e) Carteira de câmbio - ajuste da taxa de câmbio pela taxa de mercado

No BR GAAP, de acordo com as regras do BACEN, o Banco Société Générale optou por utilizar a taxa de câmbio de compra para cálculo de varia o cambial dos saldos contábeis em moeda estrangeira. Para fins de IFRS, de acordo com a IAS 39, uma vez que as opera es de câmbio pronto e futuro atende às defini es de derivativo, segundo o parágrafo 9 da IAS 39, seu tratamento contábil deverá ser como um ativo financeiro mantido para negocia o, com a

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA OES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

mensuração do valor justo por meio do resultado. Diante do exposto, as operações de câmbio pronto e futuro foram ajustadas   taxa de câmbio de realização para as datas-base.

(f) Ajuste a mercado hedge accounting - Hedge de fluxo de caixa

As práticas contábeis adotadas no Brasil para as instituições financeiras em relação às operações classificadas como "hedge de fluxo de caixa" seguem a Circular BACEN n  3.082/02, a qual determina que os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge de fluxo de caixa" e os respectivos itens objeto de "hedge" devem ser ajustados ao valor justo, sendo a parcela efetiva registrada em conta destacada no patrim nio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação, em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Para fins de IFRS, de acordo com a IAS 39, os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge de fluxo de caixa" devem ser ajustados ao valor justo, sendo a parcela efetiva registrada em conta destacada no patrim nio líquido e qualquer outra variação, em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, mantendo o item objeto de "hedge" registrado pelo custo amortizado. Portanto o ajuste consiste na reversão do valor justo do item objeto de "hedge", registrado em conta destacada no patrim nio líquido, assim como de seus efeitos tributários.

(g) Compra da totalidade das ações de investimento

Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco Société Générale adquiriu 30% da participação do Banco Pec nia S.A., pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A. (Portugal), passando a deter a totalidade da participação. Segundo a IAS 27 parágrafo 30 "As mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultarem em uma obtenção de controle são contabilizadas como transações patrimoniais. Assim sendo, os valores contábeis das participações controladoras e não controladoras serão ajustadas para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrim nio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

(h) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

A IAS 39 permite que uma entidade designe instrumentos financeiros na categoria de ativos ou passivos financeiros a valor justo através do resultado ou como ativos financeiros disponíveis para a venda na data de aquisição ou emissão do instrumento financeiro. Segundo a isen o da IFRS 1, esta designação, no caso da primeira adoção do IFRS, pode ser feita na data de transição, mesmo que originalmente o instrumento tenha sido designado em outra categoria. Dessa forma, o Banco adotou essa isen o permitida pela IFRS 1 e designou títulos e valores mobiliários existentes na data de transição, de mantido para negociação para disponíveis para a venda.

(i) Efeito na taxa efetiva de juros

Conforme a IAS 39 ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis devem ser mensurados inicialmente a valor justo e subsequente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. Esse método visa alocar outros componentes que representem receita e/ou despesa incorridas na originação do instrumento financeiro ou esperadas durante sua vigência. Ao calcular a nova taxa efetiva de juros das operações de crédito, foram consideradas as comissões pagas, rendas recebidas antecipadamente e a expectativa do fluxo futuro da carteira, representado pelos pr -pagamentos.

(j) Cessão de crédito

De acordo com a IAS 39, se a entidade tiver retido todos os riscos e benefícios da propriedade quando da transferência de um ativo financeiro, ela continuará a reconhecer o ativo transferido em sua totalidade. Dessa forma, o Banco reconheceu os ativos financeiros transferidos a outras instituições, tendo em vista a reten o substancial dos riscos dos contratos cedidos. E em contrapartida reconheceu a obrigação de repassar os fluxos dos ativos as instituições cessionárias.

(k) Ativo intangível gerado internamente

O Banco realizou na data de transição a baixa de investimentos avaliados pelo custo, anteriormente registrados no ativo, tendo em vista não atender os requisitos para o reconhecimento do ativo, pelo IFRS. Da mesma forma, reconheceu custos de pessoas diretamente associados ao desenvolvimento dos ativos intangíveis que atendiam os requisitos da IAS 38 – Ativos intangíveis.

Banco Société Générale Brasil S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

Em milhares de reais

(I) Imposto de renda e contribui o social sobre ajustes de IFRS

A IAS 12 requer a contabiliza o de imposto de renda e contribui o social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de  gios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combina o de negócios e que na data da transa o não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

37 Parcelamento de débitos federais

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei n  11.941, resultado da conversão da Medida Provisória n  449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administra o do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolida o.

<u>Processo</u>	<u>Valor contábil da provisão</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lei n� 8.200/91 - Corre�o Monetária de Balanço	14.859	16.686
IRRF sobre cota de fundo ao portador	479	473
CSLL	1.039	1.026
Total	<u>16.377</u>	<u>18.185</u>

No momento da consolida o, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologa o da Secretaria da Receita Federal.

Banco Société Générale Brasil S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS  S DEMONSTRA ES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

Em milhares de reais

38. Média ponderada de a es

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e a es utilizadas para cáculo do prejuízo básico e diluído por a o:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo do exercício	(416.393)	(42.377)
Média ponderada de a�es ordinárias e preferenciais para cáculo de prejuízo básico e diluído por a�o		
Quantidade média de a�es		
Ordinárias	265.849	241.588
Preferenciais	265.849	241.588
Prejuízo por a�o em R\$ (reais)		
Ordinárias	(0,78)	(0,09)
Preferenciais	(0,78)	(0,09)
Prejuízo atribuído por classe de a�o		
Ordinárias	(208.197)	(21.189)
Preferenciais	(208.197)	(21.189)

39. Eventos subseqüentes

Em fun o do não recebimento de opera es de derivativos, para as quais houve pedido de renegocia o e recupera o judicial por parte dos clientes, o Banco em fevereiro de 2012, pr -liquidou as opera es a vencer, conforme estabelecido nos contratos, e constituiu provisão para devedores duvidosos no valor R\$ 13.605 de acordo com as normas do BACEN.